

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 135/2024
Data: 27/11/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
COALIZÃO PARA DESCARBONIZAÇÃO DO TRANSPORTE É LANÇADA NO BRASIL	4
STS10 ENTRA NA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS ATÉ 2026 DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS	5
ANTAQ ANALISA TRANSFERÊNCIA DO TERMINAL DE CRUZEIROS NO PORTO DE SANTOS	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
AUDIÊNCIA PÚBLICA VAI MOSTRAR PROJETO DE CONCESSÃO DE ÁGUA E ESGOTO DE PE EM DEZEMBRO	6
ALEPE APROVA ORÇAMENTO DE R\$ 56,7 BI PARA O GOVERNO DO ESTADO EM 2025	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	9
PRÊMIO ANTAQ 2024 CONDECORA 45 EMPRESAS E TRABALHOS VOLTADOS AO SETOR AQUAVIÁRIO	9
INOVAÇÕES E AGENDA ESG SÃO TEMAS DO SUMMIT ANTAQ 2024.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ENTREGA MAIOR PACOTE DE INVESTIMENTOS NOS AEROPORTOS DO NORTE DO PAÍS	12
GOVERNO FEDERAL PREMIA OPERADORES QUE SE DESTACARAM NA PROMOÇÃO DE PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR AQUAVIÁRIO.....	13
PRÊMIO ANTAQ 2024 CONDECORA 45 EMPRESAS E TRABALHOS VOLTADOS AO SETOR AQUAVIÁRIO	14
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS APRESENTA CARTEIRA DE LEILÕES DE ARRENDAMENTO E CONCESSÕES PORTUÁRIAS E CARTILHA DE FINANCIAMENTO	16
PRIMEIRA CONCESSÃO DE UM CANAL DE ACESSO PORTUÁRIO DO PAÍS SERÁ REALIZADO NO 1º SEMESTRE DE 2025	17
GOVERNO QUER LEVAR EXPERIÊNCIA DE CONCESSIONÁRIAS PARA GESTÃO E OPERAÇÃO DE AEROPORTOS REGIONAIS	18
EM BRASÍLIA, SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE EVENTO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUSTENTABILIDADE NO SETOR DE TRANSPORTES.....	19
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	21
INVESTIMENTO HISTÓRICO MELHORA RODOVIAS E IMPACTA NA REDUÇÃO DE EMISSÃO DE GASES NO PAÍS, AFIRMA RENAN FILHO EM SEMINÁRIO “BRASIL RUMO À COP 30”	21
PORTAL PORTO GENTE	21
PORTO SUDESTE É RECONHECIDO POR INICIATIVAS DE DESCARBONIZAÇÃO	21
BE NEWS – BRASIL EXPORT	23
EDITORIAL – A DESCARBONIZAÇÃO COMO IMPERATIVO PARA O FUTURO.....	23
NACIONAL - HUB – CURTAS - AVIAÇÃO CIVIL: USO DO SAF DEVE ATINGIR 37% ATÉ 2037	24
<i>Descarbonização</i>	24
<i>Selo Ouro 1</i>	24
<i>Selo Ouro 2</i>	24
<i>Energia solar 1</i>	24
<i>Energia solar 2</i>	24
NACIONAL - CARREFOUR PEDE DESCULPAS POR CRÍTICAS À CARNE BRASILEIRA	25
NACIONAL - CNT E EMPRESAS FIRMAM PACTO POR DESCARBONIZAÇÃO DO SETOR DE TRANSPORTE.....	26
NACIONAL - RENAN FILHO: ESTRADAS EM BOAS CONDIÇÕES SÃO CHAVE PARA REDUZIR POLUENTES	27
NACIONAL - MPOR LANÇA PROGRAMA PARA AMPLIAR AVIAÇÃO REGIONAL	28
REGIÃO SUL - SALGADO FILHO RECEBE ÚLTIMA CAMADA DE ASFALTO ANTES DE OPERAR EM 100%	29
REGIÃO SUL - DRAGA UTRECHT INICIA NOVA FASE DE DRAGAGEM NO RIO ITAJAÍ-AÇU	29
REGIÃO SUDESTE - UBERABA INAUGURA PRIMEIRA ZPE DAS REGIÕES SUL E SUDESTE	31
REGIÃO SUDESTE - EVENTO DISCUTE INOVAÇÕES NO PORTO DE SANTOS E PREMIA AÇÕES DE TERMINAIS	32
REGIÃO NORDESTE - TERESINA INAUGURA NOVO PÁTIO DE AERONAVES COM EMBARQUE REMOTO	33
OPINIÃO – ARTIGOS - MOMENTO POSITIVO NA INFRAESTRUTURA.....	34
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	35
VICE-PRESIDENTE E CONSELHEIRO DO IBL PALESTRAM E SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O SETOR PORTUÁRIO	35
AMPLIAÇÃO DE NOVOS MERCADOS RESSALTA QUALIDADE DA DEFESA AGROPECUÁRIA E DOS PRODUTOS BRASILEIROS	36
MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DO PARANÁ CRESCE 8% NO ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO	37
JORNAL O GLOBO – RJ	37
ISENÇÃO DE IR PARA QUEM RECEBE ATÉ R\$ 5 MIL DEVE SER COMPENSADA COM IMPOSTO PARA 'SUPER-RICOS'.....	37
REGRAS DE ACESSO AO BPC NÃO MUDAM COM PACOTE FISCAL, DIZ MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	39
SEGURO-DESEMPREGO ESTÁ FORA DE PACOTE DE CORTE DE GASTOS, DIZ MINISTRO DO TRABALHO	39



USINA DE ANGRA 2 PODERÁ PRODUIZIR INSUMOS DE REMÉDIOS CONTRA O CÂNCER	40
LULA E HADDAD APRESENTAM CORTE DE GASTOS A LIRA E PACHECO NESTA QUARTA; LÍDERES TAMBÉM RECEBERÃO MEDIDAS	41
CHINA CORRE PARA COMPRAR SOJA BRASILEIRA ÀS VÉSPERAS DA VOLTA DE TRUMP À CASA BRANCA	42
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	43
BRAZIL POTASH, COM PROJETO DE POTÁSSIO NA AMAZÔNIA, LEVANTA US\$ 30 MILHÕES EM IPO EM NOVA YORK	43
ANÁLISE - EQUIPE ECONÔMICA PERDE A QUEDA DE BRAÇO SOBRE ISENÇÃO DO IR, MAS PREVÊ TAXAÇÃO DE SUPER-RICOS ..	44
ANÁLISE - INFLAÇÃO ACIMA DO ESPERADO MOSTRA QUE BC PRECISA DA AJUDA DA FAZENDA PARA EVITAR DISPARADA NOS JUROS	46
CORTE DE GASTOS: PACOTE DEVE SER APRESENTADO POR LULA A LIRA E PACHECO NESTA QUARTA; VEJA COMO SERÁ.....	47
‘É PRECISO PENSAR DEZ VEZES ANTES DE CRIAR UMA POLÍTICA PÚBLICA NOVA’, AFIRMA MARCOS MENDES	48
VALOR ECONÔMICO (SP).....	51
EXPORTAÇÕES NA CHINA TÊM FORTE ALTA NA EXPECTATIVA POR NOVAS TARIFAS DE TRUMP	51
DEPUTADOS APRESENTAM ALTERNATIVA A CORTE DE GASTOS.....	53
PEC DE DEPUTADOS PREVÊ CORTE DE R\$ 1 TRI EM DEZ ANOS.....	54
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	54
TRANSBORDOS DE CONTÊINERES PODEM TRIPLICAR COM HUB PORTS, APONTA ESTUDO	55
OBRAS DE PONTE DA ROTA BIOCEÂNICA DEVEM SER CONCLUÍDAS EM 2026	57
GOVERNO LANÇA CARTEIRA DE LEILÕES E CARTILHA DE FINANCIAMENTO DE ATÉ R\$ 30 BILHÕES ATÉ 2026.....	58
TCP AMPLIA CALADO OPERACIONAL NO PORTO DE PARANAGUÁ	59
7º PRÊMIO ANTAQ RECONHECEU 45 DESTAQUES POR MELHORES PRÁTICAS DO SETOR AQUAVIÁRIO.....	59
COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA RETIRA PL DAS EÓLICAS OFFSHORE DE PAUTA	60
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	61
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	61



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

COALIZÃO PARA DESCARBONIZAÇÃO DO TRANSPORTE É LANÇADA NO BRASIL

Iniciativa reúne entidades e empresas para formular propostas que reduzam emissões de gases de efeito estufa e impulsionem a sustentabilidade no setor

Por Estação Conteúdo



Investment will be strategic for the decarbonization of logistics (FreePik)

Entidades e empresas do setor de transporte lançaram ontem uma coalizão para fomentar soluções e acelerar a descarbonização do setor de transportes no Brasil. O movimento, liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), pelo Grupo CCR e pelo Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, do Insper, foi anunciado durante o evento Brasil Rumo à COP30.

A ideia é que, a partir de amplo diálogo no setor de transportes, a coalizão elabore uma proposta conjunta de recomendações que ajudem o País a reduzir a emissão de gases do efeito estufa em seis verticais: infraestrutura e interseccionalidades; mobilidade urbana; transporte rodoviário; transporte ferroviário; transporte aéreo e transporte aquaviário e cabotagem.

As reflexões tiradas pelo grupo serão apresentadas como contribuições do setor para a definição das metas de descarbonização que serão estabelecidas no novo Plano Clima, a ser apresentado em 2025 pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A consultoria global BCG atuará como parceira técnica da iniciativa, sistematizando as discussões e consolidando as propostas no documento final. “As empresas têm um papel fundamental no combate à mudança climática e a coalizão do setor de transportes, que é vital no nosso país continental, contribuirá de forma efetiva para este desafio global”, afirma Marina Grossi, presidente do CEBDS.

Governança da coalizão

Cada um dos seis subgrupos da coalizão conta com a liderança de uma ou duas associações setoriais e a participação de outras entidades, organizações civis e empresas privadas. Siemens Energy, Volkswagen, Rumo, Santos Brasil e Ultracargo, entre outras, já confirmaram participação. A Confederação Nacional dos Transportes (CNT) integra o Conselho Consultivo da Coalizão.

Para garantir o alinhamento entre os atores do setor, a coalizão possui um comitê executivo e um conselho consultivo, integrado pelas associações que lideram os subgrupos de trabalho. O objetivo do modelo é garantir discussões inclusivas e abranger os segmentos da cadeia produtiva de transportes, viabilizando o engajamento das partes e o consenso entre as propostas.

Uma vez estruturada, a coalizão passa à fase de realização de workshops e reuniões técnicas para aprofundar as discussões e desenvolver as recomendações que contribuirão para o Plano Clima. O documento final, resultante desses encontros, deve ser apresentado no primeiro trimestre do próximo ano. Nele, deverão constar desafios, dados e as propostas que possam contribuir para a descarbonização do setor de transportes.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/11/2024

STS10 ENTRA NA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS ATÉ 2026 DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

A novidade foi revelada pela secretária-executiva do Mpor, Mariana Pescatori, durante o Summit Antaq 2024

Por Bárbara Farias



A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, abriu o Summit Antaq 2024, em Brasília (Thiago Sousa)

O Tecon Santos 10 (STS 10) foi incluído na carteira de investimentos até 2026 que o Ministério de Portos e Aeroportos anunciará nesta quarta-feira (27). A novidade foi adiantada pela secretária-executiva do Mpor, Mariana Pescatori, durante o Summit Antaq 2024, promovido pelo Grupo Tribuna em parceria com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), no Hotel Royal Tulip, em

Brasília, na tarde desta terça-feira (26).

Pescatori abriu o encontro, representando o ministro do Mpor, Silvio Costa Filho, que não pôde comparecer. A executiva também recebeu uma homenagem dos organizadores.

“Atualizamos a nossa carteira de investimentos até 2026, de 39 para 50 contratos, incluindo, no Porto de Santos, o STS 10, que o Alex (Ávila) está chamando de Tecon Santos 10. O STS 33 também entrou e o STS 08 continua”, adiantou a secretária-executiva.

O STS 10 será dedicado à movimentação e operação de contêineres em uma área de 601 mil metros quadrados, que será arrendada no cais do Saboó, na Margem Direita do Porto de Santos. O futuro terminal deverá ter capacidade para operar, por ano, 2 milhões de TEU (unidade de medida equivalente a um contêiner padrão de 20 pés), ampliando a capacidade de contêineres do complexo portuário santista para cerca de 5 milhões de TEU ao ano.

Pescatori afirmou que, no momento, a Infra S.A analisa os estudos de viabilidade do STS 10. “A intenção é permanecer com a área toda do STS 10 e a gente também está fazendo os estudos para instalar, ali, um terminal de passageiros (no Saboó, ao lado do STS 10), conforme o ministro comentou”.

Análise concorrencial

Mariana Pescatori disse ainda que, em razão das aquisições recentes, no Porto de Santos, da Santos Brasil pela CMA CGM, e da Wilson Sons pela MSC, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Antaq terão que fazer uma nova avaliação de concentração de mercado vislumbrando a possibilidade de participação nos futuros contratos. “O Cade junto com a Antaq são os responsáveis por fazer essa análise concorrencial. A ideia é que eles se debruçam novamente sobre essa questão, dada às mudanças com as últimas aquisições”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/11/2024

ANTAQ ANALISA TRANSFERÊNCIA DO TERMINAL DE CRUZEIROS NO PORTO DE SANTOS

Processo envolve aprovação de contrato com novos investimentos para atender à demanda turística e garantir infraestrutura moderna

Por Bárbara Farias

A documentação de transferência do Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini para o Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, já está sendo analisada pela Agência Nacional de

Transportes Aquaviários (Antaq). A autorização do Governo Federal depende da aprovação do novo contrato, que deve apresentar a previsão de novos investimentos em acordo com a proposta de equilíbrio econômico-financeiro.



O diretor geral da Antaq, Eduardo Nery, foi um dos anfitriões do Summit Antaq 2024, em Brasília (Thiago Sousa)

O diretor geral da Antaq, Eduardo Nery, esclareceu sobre as exigências e etapas de tramitação do processo de transferência do terminal de cruzeiros durante o Summit Antaq 2024, realizado em parceria entre o Grupo Tribuna e a agência reguladora, no Hotel Royal Tulip, em Brasília, na tarde desta terça-feira (26).

“Por se tratar de um arrendamento, o contrato precisa ser ajustado. Novos investimentos serão necessários para poder criar a infraestrutura necessária e adequada para que o Porto de Santos conte com um terminal de cruzeiros marítimos à altura da demanda turística. Para isso, será necessária uma nova recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato”, explicou Eduardo Nery.

Nery adiantou que, durante a análise, a agência reguladora poderá pedir novos documentos comprobatórios e informações. “Não é incomum que sejam exigidos esclarecimentos em relação à documentação apresentada. Por vezes, os valores apresentados pelo interessado, o terminal, são questionados. Nós podemos pedir novos documentos e informações complementares até que a Antaq tenha a sua análise concluída, consistente e um posicionamento que vai para a diretoria colegiada, dizendo qual é o valor que a agência entende como adequado para aquele rol de investimentos que vão ser feitos e que vão equacionar a relação entre o arrendatário e o poder público”.

Por fim, o diretor geral disse que após conclusão da análise técnica, a Antaq encaminhará a documentação ao Ministério de Portos e Aeroportos, que “firmará o aditivo contratual e dará sequência à conclusão dessa alteração para que o terminal possa ser explorado”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/11/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA VAI MOSTRAR PROJETO DE CONCESSÃO DE ÁGUA E ESGOTO DE PE EM DEZEMBRO

O governo do Estado publicou o regimento das Microrregiões de Água e Esgoto (MRAEs) que vão decidir sobre as questões que envolvem a concessão deste serviço

Por **Ângela Fernanda Belfort** - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



A intenção do Estado é realizar a concessão dos serviços de distribuição de água e coleta de esgoto para atrair investimentos e cumprir as metas de universalização até 2033. Foto: Compesa

No máximo, até a segunda semana de dezembro, acontecerá uma audiência pública para apresentar o futuro projeto de concessão do serviço de água e esgoto de Pernambuco, segundo o secretário executivo de Saneamento de Pernambuco, Artur Coutinho. Hoje, o serviço é prestado pela estatal Compesa, que vai continuar

fazendo a “produção de água”. O evento vai iniciar o processo formal da concessão deste serviço que pode ocorrer em 2025.

Além de estar formatando a audiência pública, o governo estadual deu mais um passo no sentido de concretizar a futura concessão ao publicar no Diário Oficial de Pernambuco um novo regimento interno das Microrregiões de Água e Esgoto (MRAEs) do Estado. O regimento anterior tinha caráter provisório. A MRAE é uma autarquia interfederativa que vai fazer “a integração da organização, do planejamento e da execução dos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário”, segundo o Diário Oficial.

As decisões da MRAEs são tomadas de forma colegiada e os municípios têm 60% dos votos e o governo de Pernambuco, 40%. São as MRAEs que vão aprovar a realização da audiência pública e também o modelo da futura concessão de distribuição de água e esgotamento sanitário. A titularidade do serviço de distribuição de água e esgoto pertence aos municípios e ao Estado, quando os municípios compartilham instalações operacionais com a Compesa. Pelo que foi definido até agora, cada município tem um contrato via microrregião com a Compesa, a prestadora do serviço.

As MRAEs serão a instância para decidir as questões relativas a distribuição de água e saneamento. A instância deliberativa da MRAEs é o colegiado. A quantidade de votos dos municípios são proporcionais à população dos mesmos. A cidade que tem o maior número de votos é o Recife com 340 votos do total de 3.048 votos da MRAE II, que vai da Região Metropolitana do Recife até o Sertão do Pajeú. Os votos do Recife são cerca de 10% da MRAE II.

O Estado foi dividido em duas grandes MRAEs. A segunda é a MRAE-I Sertão – que possui 24 municípios, sendo o de Petrolina, o mais populoso -. Ambas as MRAEs foram estabelecidas a partir da Lei Complementar nº 455/21.



Artur Coutinho explica que as MRAEs vão decidir as questões relacionadas às concessões dos serviços de distribuição de água e coleta de esgoto. Foto: Secretaria de Recursos Hídricos/Divulgação

Futura concessão de água e esgoto

Na futura concessão de água e esgoto, a atual prestadora do serviço, a Compesa vai fazer só a “produção da água”. É como se a estatal vendesse a água às empresas privadas que vão fazer a distribuição, a coleta e o tratamento de esgoto, além de cobrar a tarifa ao consumidor final. O órgão máximo

que vai deliberar sobre o serviço são as MRAEs.

“Se todos os municípios votarem contra alguma decisão, não prevalece o voto do Estado que corresponde a 40% dos votos totais em cada MRAE”, resume Artur, que também responde como secretário geral interino das duas MRAEs. Sobre os serviços de água e esgoto, só serão implantadas as decisões que obtiverem 50% mais um dos votos.

“Depois da audiência pública, serão ouvidas as críticas e sugestões ao projeto de concessão, que vão ser acolhidas e encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Após a aprovação do tribunal, o projeto volta ao colegiado das MRAEs que vão deliberar sobre o modelo da concessão”, explica Artur, que acredita na aprovação do modelo que está sendo finalizado pelo Estado com uma consultoria do BNDES.

Ele argumenta também que a futura concessão vai atrair investimentos para que sejam cumpridas as metas de universalização do serviço, até 2033, que são as seguintes: 99% de distribuição de água, 90% de coleta de esgoto e uma redução de perdas da ordem de 25 %. Hoje, as perdas variam de 44% a 47%.

Nos 12 municípios em que o serviço não é prestado pela Compesa, as Câmaras de Vereadores destas cidades vão ter que aprovar a adesão deles às MRAEs. Os municípios que são autônomos

neste serviço são: Água Preta, Amaraji, Carnaubeira da Penha, Catende, Cortês, Gameleira, Iati, Irajá, Itambé, Jaqueira, Palmares e Xexeu.

No caso da RMR, a coleta de esgoto continuará sendo feita pela Parceria Público-Privada (PPP) que tem à frente a BRK.

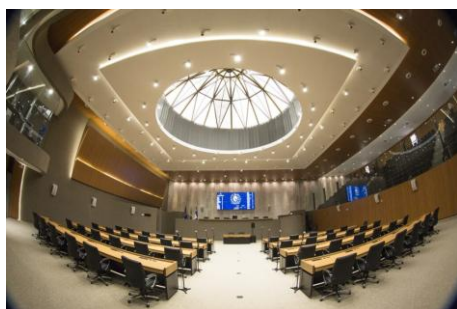
Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 27/11/2024

ALEPE APROVA ORÇAMENTO DE R\$ 56,7 BI PARA O GOVERNO DO ESTADO EM 2025

Além do Orçamento, deputados aprovaram revisão do PPA e matérias da área fiscal propostas pelo Poder Executivo

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Orçamento aprovado na Alepe tem como destaques programas como Águas de Pernambuco, Juntos pela Educação e PE na Estrada. Foto: Alepe

A Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) aprovou, nesta terça (26), projetos de lei relativos ao orçamento e a medidas fiscais do Governo do Estado. No pacote, está o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 (PLOA), com R\$ 56,7 bilhões previstos, um aumento de 16% em relação a 2024. Em turno único, também foi apreciada a revisão do Plano Plurianual (PPA) referente ao período de 2024 a 2027. As matérias seguem para sanção da governadora Raquel Lyra (PSDB).

Do orçamento do estado, R\$ 55,1 bilhões são compostos pelas receitas e despesas das entidades da administração direta e indireta, e R\$ 1,56 bilhão é referente a investimentos das empresas estaduais. Estão previstos R\$ 27,3 bilhões para pagamento de pessoal, R\$ 18,6 bilhões para despesas correntes, R\$ 7,7 bilhões para investimentos e inversões e R\$ 2,7 bilhões para o serviço da dívida.

Algumas áreas estratégicas também foram destacadas pelo governo, como o programa Juntos pela Educação, que terá R\$ 5,5 bilhões, o programa Águas de Pernambuco – voltado a ações de distribuição de água, oferta de saneamento e conclusão de obras de barragens –, com R\$ 6,1 bilhões, e o PE na Estrada – pacote estadual de requalificação e restauração de rodovias –, com R\$ 5,1 bilhões.

Base governista rejeitou 36 emendas de parlamentares de oposição

Pela manhã, antes da votação, o PLOA e o PPA ainda passaram pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Alepe. A presidente do colegiado, deputada Débora Almeida (PSDB), alinhada ao governo, ficou responsável pelos relatórios finais, que foram proferidos sem 36 emendas apresentadas pelo deputado Waldemar Borges (PSB) e pelas deputadas Delegada Gleide Ângelo (PSB) e Dani Portela (PSOL), da oposição. Os textos, rejeitados um dia antes em plenário, ampliavam a destinação de recursos para órgãos do Poder Executivo e para a contratação de policiais penais aprovados em concurso público.

“O orçamento do estado é a peça fundamental para implementar as políticas públicas que atingem a vida de tantas pessoas. Durante a tramitação, todos os deputados puderam contribuir com emendas e, assim, colaborar com Pernambuco. A LOA é a concretização do esforço coletivo e da responsabilidade fiscal de cada um de nós. Mais do que isso, é a esperança de um futuro melhor para Pernambuco”, avaliou a deputada Débora Almeida.

Durante a votação final no plenário, o deputado Waldemar Borges protestou, mas disse que a bancada de oposição votaria favoravelmente porque não age “apelando à intolerância”. “Nós

votaremos o orçamento. Contrariados, porque entendemos que ele podia sair daqui melhor do que entrou. Poderia ter os órgãos que cuidam da fiscalização e da liberação de projetos fortalecidos por uma contribuição desta casa, mas não deu”, declarou.



Propostas de autoria do Poder Executivo seguirão para sanção da governadora Raquel Lyra. Foto: Hesíodo Goes/Secom

Alepe confirmou empréstimos, fim do FEEF e R\$ 302 mi em emendas

O relatório geral, entretanto, incluiu 1.109 emendas parlamentares, que são de caráter impositivo ao Poder Executivo e têm valor total previsto de R\$ 302,6 milhões para 2025. Cada deputado poderá dispor de R\$ 6,2 milhões em 2025, incluindo as chamadas emendas PIX, que têm liberação mais

rápida e costumam ser endereçadas a prefeituras sem definição prévia da ação em que o recurso será empregado.

Também nesta quarta-feira, os deputados apreciaram, em segunda votação, projetos de lei que já tinham sido aprovados na semana passada. Um deles é referente à autorização para que o Governo do Estado contrate até R\$ 3,4 bilhões em operações de crédito. Outra matéria trata da extinção gradual do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF), uma demanda do setor produtivo.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 27/11/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PRÊMIO ANTAQ 2024 CONDECORA 45 EMPRESAS E TRABALHOS VOLTADOS AO SETOR AQUAVIÁRIO



As premiações aconteceram em seis categorias: Gênero e Diversidade, Desempenho Ambiental – IDA, Iniciativas Inovadoras, Artigos Técnico-Científicos, Conformidade Regulatória e Pesquisa de Satisfação dos Usuários

Brasília 27/11/2024 - A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou na terça-feira (26) a 7ª edição do Prêmio ANTAQ, que visa reconhecer e estimular as melhores práticas e ações do segmento pelos representantes da área. Ao todo 45 empresas,

entidades e pessoas ligadas ao setor aquaviário.

Neste ano, a premiação conta com categoria inédita, a de Gênero e Diversidade, que busca reconhecer empresas do setor que realizaram ações relativas à igualdade de gênero, à redução das desigualdades, à promoção da diversidade e à inclusão de minorias em seu ambiente de trabalho e operações. Essas iniciativas devem gerar impactos positivos, contribuindo para um ambiente mais inclusivo, justo e representativo.

O Prêmio ANTAQ é um reconhecimento àqueles que contribuem para a melhoria da prestação de serviços das empresas de navegação e instalações portuárias reguladas pela Agência, além de incentivar a pesquisa e a produção técnico-científica.

A premiação condecorou empresas atuantes na prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes aquaviários que tenham adotado iniciativas geradoras de melhorias institucionais, contribuindo para o aprimoramento do atendimento das demandas da sociedade.



Também empresas e indivíduos que colaboraram para o aumento da eficiência e sustentabilidade na prestação de serviços e que possam servir de referência para que outros empreendimentos possam adotá-las também serão contempladas.

Em seu discurso de abertura do Prêmio ANTAQ, o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, falou que "a premiação está em constante evolução para buscar as melhores práticas. Há dois anos foi adicionada a categoria Conformidade Regulatória, para abranger o G do ESG. Neste ano nós também trouxemos uma nova categoria, a de Gênero e Diversidade. É um orgulho incorporar esse tema no Prêmio ANTAQ".

Confira a lista completa dos vencedores das seis categorias do Prêmio ANTAQ 2024 na imagem ao fim da matéria.

Gênero e Diversidade

A nova categoria do ano, Gênero e Diversidade, premiou a Portonave que ficou em primeiro lugar com o Programa de Diversidade e Equidade e Inclusão (DEI), seguido pela Vale S.A com as ações de promoção da equidade de gênero da empresa e os reflexos no Terminal Marítimo de Ponto da Madeira e a VLI com o programa Elas na Logística: da intencionalidade para a ação

Emergência Climática em ESG

Por sua vez, na categoria Iniciativas Inovadoras em Emergência Climática em ESG, a qual reconhece empresas atuantes na prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes aquaviários que tenham adotado iniciativas geradoras de melhorias institucionais, contribuindo para o aprimoramento do atendimento das demandas da sociedade.

Nesta categoria, o Porto do Açú (RJ) foi a campeã, seguido do Porto de Suape (PE) e do Porto de Paranaguá (PR).

Desenvolvimento Ambiental

Outro destaque fica para a premiação do Índice de Desempenho Ambiental - IDA. A categoria é dividida em duas modalidades: Maior Índice de Desempenho Ambiental e Maior Evolução Anual do Índice de Desempenho Ambiental.

Os portos públicos condecorados por apresentarem o maior índice foram o Porto de Suape (PE), o Porto do Itaqui (MA) e o Porto de Itajaí (SC) e os terminais privados com o maior índice são o Porto do Açú (RJ), o Ferropor Terminal de Minério (RJ) e o Terminal Portuário de Tubarão (ES).

Em relação à maior evolução anual do IDA, os primeiros lugares ficaram com a Companhia Docas de São Sebastião (SP), a Portos RS - Pelotas e a Companhia das Docas do Estado da Bahia, na categoria que abrange os os portos públicos. Para os terminais privados os premiados foram o Terminal de Macapá (AP), o Terminal Ocrim (AM) e o Terminal Passarão (PA).

Artigo técnico-científico

Outra categoria de destaque foi a "Artigos Técnico-científicos", onde foram premiados trabalhos nas áreas de Direito, Economia, Regulação, Meio Ambiente, Gestão, Ciências Sociais, Geografia, Políticas Públicas e Infraestrutura e Logística e áreas afins que apresentem relevância técnico-científica e institucional em conformidade com as áreas de atuação de competência da ANTAQ.

Em primeiro lugar ficou o trabalho "Projeto Aves do Açú - Vast Infraestrutura", seguido pelos artigos "Conventional Emergency Processes Insufficient For Floodable Ports: The Porto Alegre, (Brazil) Case" e "Digital Twin Porto do Rio Grande (Dt - Porto): Construindo Prevenção e Resiliência".

Conformidade Regulatória

Na categoria Conformidade Regulatória são agraciadas as empresas que, no quinquênio 2019-2023, apresentaram as melhores conformidades regulatórias, com base no modelo quantitativo de risco infracional da ANTAQ.

Nesse tópico são 21 premiados em sete modalidades distintas: portos públicos, Terminais de Uso Privado (TUPs), arrendamentos, navegação marítima, longitudinal de cargas, travessia e longitudinal de passageiros e mistos.

Em portos públicos foram premiados a Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia, a Companhia Docas de São Sebastião e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) - Porto do Itaqui.

Para TUPs os primeiros lugares foram para o Terminal Portuário Cotegipe, Vale S.A. e a VLI. Em arrendamentos os três primeiros colocados foram a Contermas, a Intermarítima Portos e Logística S.A. e a BTP.

Nas categorias longitudinal de cargas e a de passageiros e mistos, respectivamente, os premiados foram a Navegações Unidas Tapajós S.A., a J Cruz Navegação e Logística e a Companhia de Navegação da Amazônia; e a Charles Leal Abdon, Ishiguro & Cia e a Navegação Reis e Monteiro LTDA.

Em navegação marítima os condecorados são a Flumar Transportes de Químicos e Gases LTDA., a Mercosul Line Navegação e Logística LTDA. e a Log-In Logística Integrada. Para travessia os agraciados foram o Estaleiro de Construção Naval Arealva LTDA., Mayrink Ivam Bergamo e a Pipes Empreendimentos LTDA.

PSU-Travessia

Nesta edição também foram premiados os primeiros colocados na Pesquisa de Satisfação dos Usuários – PSU da Navegação Longitudinal de Passageiros e Misto. Essas são: a Dirceu Ferreira Navegações, seguido pela Anália Navegações e a T.A. de Oliveira Serviços de Navegação.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 27/11/2024

INOVAÇÕES E AGENDA ESG SÃO TEMAS DO SUMMIT ANTAQ 2024

Esses assuntos estão conectados e são considerados prioritários dentro da Agência



Brasília 27/11/2024 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) participou, nesta terça-feira (26), do Summit ANTAQ 2024, que aconteceu em Brasília, antes da realização do Prêmio ANTAQ 2024.

Organizado em parceria com o Grupo Tribuna, o evento objetiva promover um diálogo aberto sobre a regulação da Agência com autoridades governamentais e entidades ligadas ao setor aquaviário.

Na ocasião, foram discutidos dois temas importantes para a Agência: transição energética por meio da aplicação do hidrogênio verde no setor portuário e o planejamento para os portos brasileiros.



O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo Filho, também palestrou no Summit ANTAQ 2024. Ele destacou a necessidade do fortalecimento das agências reguladoras para atrair investimentos e tornar o governo mais robusto.

Avanço anual

Na abertura, o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, destacou os avanços no setor durante este ano, principalmente, no modal hidroviário que está com dois projetos encaminhados para irem a audiência pública em breve - esses são: Madeira e Paraguai.

Ele também mencionou os leilões de arrendamentos portuários e as assinaturas de contratos de autorização que garantiram bilhões de investimentos para os portos brasileiros. Além dos próximos investimentos previstos que estão encaminhados.

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, que foi homenageada durante o evento, reforçou que o setor portuário cresce expressivamente em todos os cenários econômicos.

Participação social

A diretora Flávia Takafashi e o diretor Alber Vasconcelos destacaram a transparência dada aos processos que tramitam no âmbito da Agência. Como exemplo apontaram as participações sociais que acontecem para discutir novos normativos, modificações regulatórias, discussões sobre as dores do setor, arrendamentos, entre outros temas.

O diretor Wilson Lima Filho, por sua vez, exemplificou os planos da ANTAQ que vão auxiliar na redução das emissões de gases de efeito estufa.

O Summit contou ainda com a presença do corpo diretivo da autarquia, do secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, e do secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 27/11/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ENTREGA MAIOR PACOTE DE INVESTIMENTOS NOS AEROPORTOS DO NORTE DO PAÍS

Evento será realizado no terminal aeroportuário de Porto Velho

Para promover maior conforto, acessibilidade, segurança e conectividade aos passageiros do setor aéreo que utilizam os aeroportos da região Norte brasileira, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, inaugura nesta quinta-feira (28) obras de modernização realizadas nos terminais de Porto Velho (RO), Manaus, Tefé, Tabatinga (AM), Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Cruzeiro do Sul (AC). O evento será realizado no aeroporto de Porto Velho, capital de Rondônia, às 9h30 no horário local.

Para ampliação e melhorias nos sete aeroportos da região, foram investidos R\$ 1,4 bilhão da Vinci Airports, concessionária responsável pela gestão dos terminais aeroportuários desde o segundo semestre de 2021. Entre as entregas previstas estão a expansão de novas áreas de embarques, elevadores e escadas rolantes, novos terminais de passageiros, reforma da área de inspeção no embarque doméstico, reforma da área de triagem de bagagens, construção de uma nova área de utilidades, além de melhorias em toda a pista de pousos e decolagens.

Credenciamento

Profissionais da imprensa interessados em realizar a cobertura do evento devem realizar o credenciamento por meio do endereço eletrônico da Assessoria de Comunicação do Ministério de Portos e Aeroportos, no ascom@mpor.gov.br. Na mensagem, é necessário informar o nome do profissional e a empresa de comunicação para a qual trabalha.

Serviço

O quê: Entrega da requalificação de aeroportos da região Norte
Onde: Av. Gov. Jorge Teixeira, S/N - Aeroporto, Porto Velho - RO
Quando: Quinta-feira, 28 de novembro
Horário: 9h30 - horário local
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 27/11/2024

GOVERNO FEDERAL PREMIA OPERADORES QUE SE DESTACARAM NA PROMOÇÃO DE PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR AQUAVIÁRIO

Evento contou com a participação do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e de secretários da pasta



Categoria inédita no evento, Gênero e Diversidade premiou empresas que se destacaram na redução das desigualdades - Foto: Sérgio Francês

Como forma de reconhecer os avanços que tem sido realizados pelo setor aquaviário para desenvolvimento da matriz de transporte, o Governo Federal premiou na noite desta terça-feira (26) as empresas que se destacaram em 2024 na construção de projetos que contribuam para a modernização, eficiência, sustentabilidade e segurança das atividades portuárias, marítimas e hidroviárias. Promovido pela Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (Antaq), o evento contou com a participação do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e dos secretários da pasta.

De acordo com o titular do MPor, "esse é um evento de muita representatividade e importância para o Brasil, para a nossa economia e para a agenda portuária e hidroviária brasileira, ao estimular as boas práticas no nosso modal", destacou. Costa Filho também lembrou a importância que o setor privado tem na execução de investimentos que serão realizados nos próximos anos.

"Esse ano, a gente conseguiu desenhar, junto com a Secretaria de Portos, a maior carteira de leilões da história do setor portuário brasileiro. Desde a Lei dos Portos, de 2013 até o ano de 2022, foram feitos 45 leilões no país. A gente espera que nos próximos dois anos e meio, a gente já fez dez leilões, a gente realizar outros 45. Serão 55 leilões que nós faremos nos próximos anos. Estive hoje no TCU justamente para formatar um grupo de trabalho e criar um processo para tentar, ao lado da Antaq, buscar desburocratização e celeridade para que a gente possa realizar esse leilões ao Brasil. Isso significa um investimento de mais de R\$ 30 bilhões", enfatizou.

Premiação

O destaque da 7ª edição do prêmio é inclusão de uma categoria inédita, a de Gênero e Diversidade, que busca reconhecer empresas do setor que realizaram ações relativas à igualdade de gênero, à redução das desigualdades, à promoção da diversidade e à inclusão de minorias em seu ambiente de trabalho e operações. As iniciativas devem gerar impactos positivos, contribuindo para um ambiente mais inclusivo, justo e representativo.

O prêmio desta categoria premiou a Portonave, que ficou em primeiro lugar com o Programa de Diversidade e Equidade e Inclusão (DEI), seguido pela Vale S.A, com as ações de promoção da

equidade de gênero da empresa e os reflexos no Terminal Marítimo de Ponto da Madeira. A VLI, com o programa Elas na Logística: da intencionalidade para a ação, também ganhou destaque.

Acesse a página da Antaq e confira a lista dos premiados.

<https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2024/premio-antag-2024-condecora-45-empresas-e-trabalhos-voltados-ao-setor-aquaviario>

Inovação e agenda de descarbonização

Mais cedo, a secretária-executiva do MPor, Mariana Pescatori, e Dino Antunes, da secretaria de hidrovias, participaram do evento promovido pela Agência reguladora que tratou sobre práticas de descarbonização do setor portuário e marítimo. O encontro serviu para debater os desafios, inovações e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da logística de transporte. Por meio de debates com especialistas em modais logísticos, o evento tem por objetivo promover o compartilhamento de conhecimento e impulsionar boas práticas e fortalecer a integração entre o poder público, a iniciativa privada e os órgãos que atuam na temática.

Premiada no evento por sua atuação à frente de políticas voltadas à sustentabilidade, Mariana Pescatori ressaltou que o MPor tem desenvolvido políticas importantes para avançar na aplicação de projetos que visam a descarbonização do setor de transporte. "Acho que a gente ainda tem muito desafios pela frente. Todos os estudos de mudanças climáticas estão sendo feitas a quatro mãos, com a ajuda de todas. O que a gente está tendo de resultados agora, da política de sustentabilidade que a gente vai lançar, vem de estudos realizados pelo Governo Federal, de mudanças climáticas, de descarbonização, rediscutir os nossos contratos para verificarmos o que precisa ser feito como medida de adaptação e mitigação", indicou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/11/2024

PRÊMIO ANTAQ 2024 CONDECORA 45 EMPRESAS E TRABALHOS VOLTADOS AO SETOR AQUAVIÁRIO



As premiações aconteceram em seis categorias: Gênero e Diversidade, Desempenho Ambiental – IDA, Iniciativas Inovadoras, Artigos Técnico-Científicos, Conformidade Regulatória e Pesquisa de Satisfação dos Usuários

Brasília 26/11/2024 - A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou na terça-feira (26) a 7ª edição do Prêmio ANTAQ, que visa reconhecer e estimular as melhores práticas e ações do segmento pelos representantes da área. Ao todo 45 empresas,

entidades e pessoas ligadas ao setor aquaviário.

Neste ano, a premiação conta com categoria inédita, a de Gênero e Diversidade, que busca reconhecer empresas do setor que realizaram ações relativas à igualdade de gênero, à redução das desigualdades, à promoção da diversidade e à inclusão de minorias em seu ambiente de trabalho e operações. Essas iniciativas devem gerar impactos positivos, contribuindo para um ambiente mais inclusivo, justo e representativo.

O Prêmio ANTAQ é um reconhecimento àqueles que contribuem para a melhoria da prestação de serviços das empresas de navegação e instalações portuárias reguladas pela Agência, além de incentivar a pesquisa e a produção técnico-científica.

A premiação condecorou empresas atuantes na prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes aquaviários que tenham adotado iniciativas geradoras de melhorias institucionais, contribuindo para o aprimoramento do atendimento das demandas da sociedade.



Também empresas e indivíduos que colaboraram para o aumento da eficiência e sustentabilidade na prestação de serviços e que possam servir de referência para que outros empreendimentos possam adotá-las também serão contempladas.

Em seu discurso de abertura do Prêmio ANTAQ, o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, falou que "a premiação está em constante evolução para buscar as melhores práticas. Há dois anos foi adicionada a categoria Conformidade Regulatória, para abranger o G do ESG. Neste ano nós também trouxemos uma nova categoria, a de Gênero e Diversidade. É um orgulho incorporar esse tema no Prêmio ANTAQ".

Confira a lista completa dos vencedores das seis categorias do Prêmio ANTAQ 2024 na imagem ao fim da matéria.

Gênero e Diversidade

A nova categoria do ano, Gênero e Diversidade, premiou a Portonave que ficou em primeiro lugar com o Programa de Diversidade e Equidade e Inclusão (DEI), seguido pela Vale S.A com as ações de promoção da equidade de gênero da empresa e os reflexos no Terminal Marítimo de Ponto da Madeira e a VLI com o programa Elas na Logística: da intencionalidade para a ação

Emergência Climática em ESG

Por sua vez, na categoria Iniciativas Inovadoras em Emergência Climática em ESG, a qual reconhece empresas atuantes na prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes aquaviários que tenham adotado iniciativas geradoras de melhorias institucionais, contribuindo para o aprimoramento do atendimento das demandas da sociedade.

Nesta categoria, o Porto do Açú (RJ) foi a campeã, seguido do Porto de Suape (PE) e do Porto de Paranaguá (PR).

Desenvolvimento Ambiental

Outro destaque fica para a premiação do Índice de Desempenho Ambiental - IDA. A categoria é dividida em duas modalidades: Maior Índice de Desempenho Ambiental e Maior Evolução Anual do Índice de Desempenho Ambiental.

Os portos públicos condecorados por apresentarem o maior índice foram o Porto de Suape (PE), o Porto do Itaqui (MA) e o Porto de Itajaí (SC) e os terminais privados com o maior índice são o Porto do Açú (RJ), o Ferroport Terminal de Minério (RJ) e o Terminal Portuário de Tubarão (ES).

Em relação à maior evolução anual do IDA, os primeiros lugares ficaram com a Companhia Docas de São Sebastião (SP), a Portos RS - Pelotas e a Companhia das Docas do Estado da Bahia, na categoria que abrange os portos públicos. Para os terminais privados os premiados foram o Terminal de Macapá (AP), o Terminal Ocrim (AM) e o Terminal Passarão (PA).

Artigo técnico-científico

Outra categoria de destaque foi a "Artigos Técnico-científicos", onde foram premiados trabalhos nas áreas de Direito, Economia, Regulação, Meio Ambiente, Gestão, Ciências Sociais, Geografia, Políticas Públicas e Infraestrutura e Logística e áreas afins que apresentem relevância técnico-científica e institucional em conformidade com as áreas de atuação de competência da ANTAQ.

Em primeiro lugar ficou o trabalho "Projeto Aves do Açú - Vast Infraestrutura", seguido pelos artigos "Conventional Emergency Processes Insufficient For Floodable Ports: The Porto Alegre, (Brazil) Case" e "Digital Twin Porto do Rio Grande (Dt - Porto): Construindo Prevenção e Resiliência".

Conformidade Regulatória

Na categoria Conformidade Regulatória são agraciadas as empresas que, no quinquênio 2019-2023, apresentaram as melhores conformidades regulatórias, com base no modelo quantitativo de risco infracional da ANTAQ.



Nesse tópico são 21 premiados em sete modalidades distintas: portos públicos, Terminais de Uso Privado (TUPs), arrendamentos, navegação marítima, longitudinal de cargas, travessia e longitudinal de passageiros e mistos.

Em portos públicos foram premiados a Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia, a Companhia Docas de São Sebastião e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) - Porto do Itaqui.

Para TUPs os primeiros lugares foram para o Terminal Portuário Cotegipe, Vale S.A. e a VLI. Em arrendamentos os três primeiros colocados foram a Contermas, a Intermarítima Portos e Logística S.A. e a BTP.

Nas categorias longitudinal de cargas e a de passageiros e mistos, respectivamente, os premiados foram a Navegações Unidas Tapajós S.A., a J Cruz Navegação e Logística e a Companhia de Navegação da Amazônia; e a Charles Leal Abdon, Ishiguro & Cia e a Navegação Reis e Monteiro LTDA.

Em navegação marítima os condecorados são a Flumar Transportes de Químicos e Gases LTDA., a Mercosul Line Navegação e Logística LTDA. e a Log-In Logística Integrada. Para travessia os agraciados foram o Estaleiro de Construção Naval Arealva LTDA., Mayrink Ivam Bergamo e a Pipes Empreendimentos LTDA.

PSU-Travessia

Nesta edição também foram premiados os primeiros colocados na Pesquisa de Satisfação dos Usuários – PSU da Navegação Longitudinal de Passageiros e Misto. Essas são: a Dirceu Ferreira Navegações, seguido pela Anália Navegações e a T.A. de Oliveira Serviços de Navegação.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/11/2024

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS APRESENTA CARTEIRA DE LEILÕES DE ARRENDAMENTO E CONCESSÕES PORTUÁRIAS E CARTILHA DE FINANCIAMENTO

Silvio Costa Filho e secretários da pasta apresentam guia sobre linhas de financiamento, instrumentos de fomento e garantias para os três setores de atuação do Ministério de Portos e Aeroportos

Nesta quarta-feira (27), às 14 horas, em Brasília (DF), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, acompanhado de sua equipe de secretários e técnicos, apresentará a carteira de leilões de arrendamento e concessões portuárias, bem como a cartilha de financiamento para os próximos anos.

No setor portuário, a previsão é de investimentos superiores a R\$ 20 bilhões entre 2024 e 2026, contemplando arrendamentos e concessões. Importante destacar que existem fundos globais com recursos específicos para financiar projetos voltados à adaptação às mudanças climáticas.

Além disso, a política pública de fomento aos projetos de infraestrutura nos setores de portos e aeroportos é apoiada por instrumentos como debêntures incentivadas e debêntures de infraestrutura. Ao final do evento, o ministro Silvio Costa Filho atenderá aos jornalistas presentes.

Credenciamento

Profissionais da imprensa interessados em cobrir o evento devem realizar o credenciamento por meio do e-mail da Assessoria de Comunicação do Ministério de Portos e Aeroportos: ascom@mpor.gov.br. Na mensagem, é necessário informar o nome e a empresa de comunicação para a qual trabalha.

Serviço

O quê: Apresentação da carteira de leilões de arrendamento e concessões portuárias e cartilha de financiamento do MPor

Onde: SEPN Quadra 514 - Conjunto E - Edifício Antaq (Asa Norte)

Quando: Quarta-feira, 27 de novembro

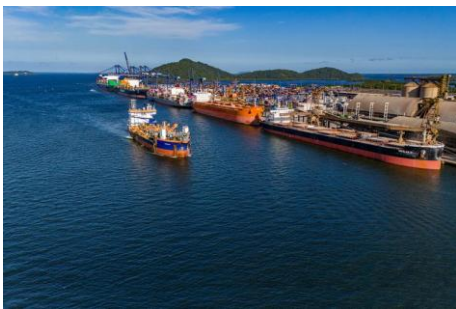
Horário: 14h

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/11/2024

PRIMEIRA CONCESSÃO DE UM CANAL DE ACESSO PORTUÁRIO DO PAÍS SERÁ REALIZADO NO 1º SEMESTRE DE 2025

Projeto foi encaminhado pelo Ministério de Portos e Aeroportos para deliberação do Tribunal de Contas da União



Primeiro projeto de concessão do canal de acesso portuário será deliberado pelo TCU - Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná

Com objetivo de promover maior eficiência logística ao país e ampliar a movimentação de cargas pelo modal aquaviário, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) encaminhou nesta segunda-feira (25) o edital do projeto de concessão do canal de acesso portuário do Porto de Paranaguá, no Paraná, ao Tribunal de Contas da União (TCU). Primeiro modelo criado nesse ramo de transporte, a concessão do canal deve resultar em uma maior atração de investimentos para o estado, o que contribuirá para o desenvolvimento da região e para a geração de empregos, além da melhoria da infraestrutura, uma vez que o canal terá ampliada sua capacidade.

A proposta do Governo Federal é que o canal de acesso do porto de Paranaguá seja concedido ainda no primeiro semestre de 2025. De acordo com o projeto proposto, a concessionária ficará responsável pela gestão do ativo por 25 anos, com possibilidade de prorrogação por até 70 anos. A expectativa é que sejam injetados mais de R\$ 1 bilhão de investimentos em melhorias.

“Esse é um marco histórico para o nosso setor. Com esse trabalho, que foi construído com a colaboração efetiva do setor portuário e dos entes regulados, nossos portos contarão com contratos de longo prazo para realizações de serviços essenciais e permanentes, como dragagem, derrocagem e sinalização. Esse é um modelo que deverá ser empregado nos principais portos brasileiros, e trará frutos imensuráveis a médio e longo prazo”, destacou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

A estimativa é que a concessão do canal de Paranaguá resulte em uma série de benefícios, tendo entre os principais a redução de custos — a iniciativa privada, com sua expertise em gestão e otimização de recursos, poderá reduzir os custos de manutenção e operação do canal, tornando os serviços portuários mais competitivos —, o aumento da eficiência, uma vez que a concessão permitirá a implementação de novas tecnologias, e a adoção de práticas mais eficientes, resultando em uma maior agilidade na movimentação de cargas e em uma redução dos tempos de espera dos navios.

O secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, explica que a modelagem traz benefícios ao interessado, mas também ao usuário, que pagará tarifa mais baixa. “A modelagem do próprio leilão é algo muito interessante, porque nós trabalhamos com o maior desconto na tabela tarifária atual. Ao invés de ser ter uma maior outorga, a gente trabalha com o maior desconto. A gente vai ter a garantia do serviço executado com tarifas mais módicas”, ressaltou.

Entre as principais melhorias previstas no projeto destacam-se: aprofundamento, ampliação e alargamento do canal, o alargamento da bacia de evolução e o aprofundamento da área de fundeio

nº 6. Com isso, a previsão é de sair dos atuais 12,8 metros de profundidade, passar para 13,3 metros ainda na fase de implantação e chegar a 15,5 metros após a concessão.

O primeiro projeto de concessão do canal de acesso portuário do país vai abrir portas para que o modelo possa ser aplicado em outros complexos portuários. Além de Paranaguá, o Governo Federal trabalha para implementação do projeto nos portos de Santos, em São Paulo, do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e da Bahia. Há diretrizes previstas também para aplicação da modelagem em Suape, em Pernambuco, e Itaquí, no Maranhão.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 26/11/2024

GOVERNO QUER LEVAR EXPERIÊNCIA DE CONCESSIONÁRIAS PARA GESTÃO E OPERAÇÃO DE AEROPORTOS REGIONAIS

Modelo inovador, aprovado pelo TCU, prevê R\$ 5,3 bilhões de investimentos privados e leva expertise das concessionárias a regiões com pouca oferta de outros meios de transporte



Evento roadshow - aeroportos regionais na sede do MPor - Foto: Vosmar Rosa

O Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, promove nesta terça e quarta-feira (26 e 27 de novembro) um roadshow com as concessionárias que atuam no país para apresentar o programa AmpliAR, ação que visa atrair investimentos privados para a malha aeroportuária regional e conectar áreas remotas aos principais hubs aéreos do Brasil.

O modelo permitirá que as concessionárias assumam a gestão de aeroportos regionais por meio de um processo competitivo simplificado. As concessionárias poderão incluir esses aeroportos em seus contratos de concessão, tendo como contrapartida reequilíbrios contratuais específicos, como a redução de outorgas ou o aumento de prazos de concessão. O objetivo é modernizar e otimizar a infraestrutura aeroportuária dessas localidades, impulsionando a integração à malha aérea nacional e fomentando o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Na primeira fase do programa, o foco será em 51 aeródromos situados na Amazônia Legal e no Nordeste, regiões com déficits de infraestrutura aeroportuária (dois aeroportos no Acre, 15 no Amazonas, um no Amapá, 11 no Pará, quatro em Rondônia e um no Tocantins.). A seleção dos aeroportos que receberão investimentos foi baseada no Plano Aeroviário Nacional (PAN), um documento que leva em conta o custo-benefício social dos investimentos a serem realizados.

A importância dos aeroportos regionais

O Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que essa é uma demanda histórica, com décadas de espera por uma solução eficaz. “Os aeroportos regionais são essenciais para a conectividade do Brasil, especialmente em áreas como a Região Norte, onde há pouca disponibilidade de outros meios de transporte”, afirmou. Ele ainda ressaltou que o modelo do AmpliAR é inédito e visa incorporar blocos de aeroportos deficitários aos contratos de concessão existentes, com a condição de que as concessionárias invistam na modernização e gestão dos terminais até o fim do contrato. Em troca, as concessionárias poderão ter os contratos reequilibrados.

“Estamos criando um caminho sólido para garantir uma solução duradoura para os aeroportos regionais estratégicos. O modelo atrai investidores pela oportunidade de aprimorar seus contratos atuais enquanto ajudam a conectar o país de forma mais eficiente”, concluiu Costa Filho.

Perspectivas

O PAN aponta mais de 200 aeroportos estratégicos em todo o país. No entanto, apenas cerca de 50 têm mais de 300 mil passageiros por ano, o que evidencia a predominância dos aeroportos regionais. Segundo o Secretário Nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, o AmpliAR pode gerar mais de R\$ 5

bilhões em investimentos privados, beneficiando diretamente cerca de uma centena de aeroportos regionais. "Este é um modelo inovador, construído para as características do Brasil, que é o segundo maior país do mundo em número de aeroportos com voos regulares", disse Franca.

Ele ainda explicou que, com o novo programa, os estados e municípios terão a oportunidade de ver os benefícios do programa federal de concessões para alcançar os aeroportos de interesse regional. As concessionárias poderão disputar blocos de aeroportos em leilão simplificado, sendo remuneradas pelo reequilíbrio de seus contratos principais.

Próximos passos

Nos próximos dias, será aberta uma consulta pública para colher contribuições de estados, municípios, concessionárias, Infraero, companhias aéreas e outras entidades do setor, garantindo que o modelo seja o mais eficiente e benéfico possível para a população. O leilão de blocos de aeroportos deverá ocorrer no primeiro semestre de 2025.

A ação promete transformar a aviação regional brasileira, melhorando a conectividade, a infraestrutura e a qualidade dos serviços prestados.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/11/2024

EM BRASÍLIA, SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE EVENTO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUSTENTABILIDADE NO SETOR DE TRANSPORTES

Promovido pelo Grupo CCR, ciclo de debates contou com a presença de ministros e empresários que discutiram as principais políticas e soluções para o setor no Brasil



Ministro palestrou durante a 4ª edição do ciclo de seminários "Brasil Rumo à COP 30", idealizado pelo Grupo CCR e a Editora Globo - Foto: Sérgio França/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou nesta terça-feira (23) da 4ª edição do ciclo de seminários "Brasil Rumo à COP 30", promovido pelo Grupo CCR e pela Editora Globo, em Brasília, para debater as contribuições do setor de transportes no combate às mudanças climáticas e as propostas que serão apresentadas pelo país na COP 30, que ocorrerá em Belém (PA) no

próximo ano.

Temas como transição energética e redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) se tornaram essenciais para decisões de investimentos em setores e países. A descarbonização do setor de transportes está alinhada com a agenda internacional de investidores.

"Esse é um tema muito importante para a economia brasileira e estamos, neste momento, fazendo a consolidação da economia do país", disse o ministro na abertura da sua fala no evento. "O Brasil está fortemente colocado na economia mundial e temos as instituições funcionando plenamente, a imprensa atuando livremente, cumprindo o seu papel, e o mais importante, o Brasil voltou à agenda internacional. Nos dois últimos anos, o País abriu mais de 192 mercados no mundo e isso significa crescimento no setor portuário, no setor da aviação, novos players internacionais investindo aqui e estamos vendo a consolidação da nossa economia", destacou.

Na agenda ambiental, o ministro ressaltou o compromisso do Governo com a área e afirmou que o Ministério atua com um olhar para a sustentabilidade nos setores portuário, hidroviário e aeroviário. "O Brasil se coloca como esse grande player internacional, pelos ativos e pelo interesse que tem na sustentabilidade. Por exemplo, a cada 25 barcaças nas hidrovias, nós estamos falando de 500 caminhões a menos trafegando pelas nossas rodovias, então estamos focando nessa agenda ambiental porque essas hidrovias, e as concessões na área, dialogam com a sustentabilidade, com redução de custos logísticos operacionais em quase 40%", explicou Costa Filho, que também falou



sobre a agenda da descarbonização do MPor, que atua para trazer para navios maiores e que prezam pela descarbonização e pela agenda sustentável.

Concessões

Costa Filho também falou sobre o avanço nas concessões e nos arrendamentos portuários, para trazer mais e novos investimentos para o Brasil. “Pela primeira vez, vamos fazer as concessões dos canais de acesso aos portos brasileiros. Serão três no primeiro momento: o Porto de Paranaguá, o Porto de Santos e o Porto de Itajaí, três grandes concessões desse tipo”, disse o ministro que ressaltou também que essa é a primeira vez na história do Brasil que o governo voltou sua atenção para as hidrovias.

“Essa é a primeira vez na história do Brasil que tem uma Secretaria Nacional com olhar para as hidrovias. Nunca antes foi feita uma ação de agenda hidroviária no país e o Brasil tem 12.000 km de hidrovias navegáveis, com o potencial de mais de 42.000 km de hidrovias. Nos próximos dois anos, estamos trabalhando para fazer cinco novas concessões no Brasil, a primeira é a do rio Paraguai. Depois estamos trabalhando a do Tocantins, que vai ser liberado o Pedral do Lourenço, e estamos trabalhando com a hidrovias do Madero. Tudo isso vai ajudar muito na corrente de escoamento da produção brasileira, tanto de exportação, quanto de importação”, explicou o ministro.

Combustível sustentável

No setor da aviação, Silvio Costa Filho comemorou o crescimento do setor que, em dois anos, deve chegar a 118 milhões, quase 20 milhões de passageiros a mais viajando pelo Brasil (em 2022, eram 98 milhões de passageiros). “Com a área internacional, estamos tendo um crescimento, este ano, até o final de outubro, em torno de 17%, no crescimento de voos internacionais. Estamos trabalhando para trazer novos voos, dialogando com novas companhias aéreas”, afirmou.

O ministro também falou sobre a aposta do Ministério no combustível sustentável de aviação (SAF, do termo em inglês Sustainable Aviation Fuel), é o principal impulsionador da redução de emissões, com tecnologias baseadas em hidrogênio e soluções de eletrificação seguindo em importância (ICAO).

“A gente tá trabalhando com o SAF e essa é uma prioridade do nosso Ministério e do Ministério de Minas e Energia, pra gente colocar o Brasil como um dos principais exportadores do SAF no mundo. O país, hoje, já tem uma lei que prevê, até 2027, que 1% da aviação tem que usar o SAF, e, até 2050, 10%.

Sustentabilidade no MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos já vem adotando medidas para combater às mudanças climáticas, com a criação da da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação em abril 2024, com o fomento ao Transporte Aquaviário (fluvial e marítimo), que é mais barato e menos poluente, investimento de R\$ 4,1 Bilhões em 60 empreendimentos hidroviários (43 Obras Públicas + 17 projetos), pelo Novo PAC, e o programa de concessões hidroviárias (Plano Geral de Outorgas – PGO), inédito no país.

As medidas da pasta também incluem metas de sustentabilidade no Programa BR do Mar, a criação do Comitê de Descarbonização do Transporte Marítimo, metas do Plano Clima Adaptação, uma linha de financiamento incentivada para embarcações sustentáveis, além de uma nova Portaria de Prioridade do Fundo da Marinha Mercante (FMM): prioridade para projetos de empresas com mais de 40% de participação feminina.

O evento contou também com a participação dos ministros Renan Filho (Transportes), Jader Filho (Cidades), do presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, além de empresários e representantes de associações de classe e da sociedade civil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/11/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

INVESTIMENTO HISTÓRICO MELHORA RODOVIAS E IMPACTA NA REDUÇÃO DE EMISSÃO DE GASES NO PAÍS, AFIRMA RENAN FILHO EM SEMINÁRIO “BRASIL RUMO À COP 30”



De forma inédita, concessões rodoviárias vão financiar a inovação e a descarbonização com recursos gerados pelo próprio sistema

Ministro Renan Filho discursa sobre investimentos nas rodovias para redução de gases no país, no seminário "Brasil rumo à COP30", em Brasília Foto: Luiz Siqueira/MT

O Brasil é um dos países que mais movimenta carga nas estradas. Para atender a essa demanda com segurança e sustentabilidade, o investimento na melhoria das rodovias é uma prioridade do Governo Federal, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho, na abertura do seminário “Brasil rumo à COP 30”. O evento ocorreu nesta terça-feira (26), em Brasília, com a presença de autoridades e representantes do setor para debater os desafios e as demandas que serão levadas à cúpula do clima, que acontecerá em Belém do Pará, em 2025.

Na ocasião, Renan Filho destacou que estradas esburacadas geram alta emissão de carbono. Para reduzir esse impacto, o governo aumentou o investimento público e melhorou as rodovias: a classificação de estradas consideradas boas passou de 52%, no final de 2022, para 75%, em outubro deste ano. De acordo com o ministro, 23% das rodovias que eram consideradas ruins ou péssimas em 2022 tiveram uma queda de 10%, e o governo está empenhado em reduzir ainda mais esse índice. “Isso ajuda muito na redução de poluentes, porque melhora a velocidade média, evita a frenagem e a reaceleração, e reduz a emissão de carbono”, explicou.

O ministro também afirmou que as mudanças climáticas em curso exigem uma infraestrutura cada vez mais resiliente e capaz de garantir a sustentabilidade no país. “Vamos fazer isso com a economia crescendo, melhorando a vida do povo brasileiro”, disse.

Sustentabilidade

De forma inédita, no âmbito da infraestrutura, as concessões rodoviárias vão financiar a inovação e a descarbonização com recursos gerados pelo próprio sistema. A partir da quinta rodada de leilões, 1% do valor arrecadado será destinado ao avanço tecnológico ou à indução da descarbonização.

Renan Filho reforçou que, em um passado recente, a discussão com os povos indígenas era marcada pela arrogância, o que resultou em desafios ambientais enfrentados pela ausência de um diálogo justo. “Hoje, priorizamos essas tratativas ambientais de maneira ampla, mais próxima e crível, para que as obras avancem de maneira sustentável e o Brasil, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, se desenvolva com sustentabilidade”, concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 27/11/2024

Empresa recebe selo diamante da Aliança Brasileira para Descarbonização de Portos pelas práticas de redução de GEE no setor portuário

Itaguaí – O Porto Sudeste foi um dos três terminais portuários brasileiros a receber o selo diamante do Programa Selo Pró-Clima 2024 da Aliança Brasileira para Descarbonização de Portos (ABDP). O reconhecimento reflete os esforços contínuos da empresa em implementar ações para reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), e alinhar as operações aos mais elevados padrões de sustentabilidade.



Porto Sudeste é reconhecido por iniciativas de descarbonização.jpg

“Nossas iniciativas vão desde as ações mais básicas, com reuso de água industrial e tratamento de efluentes dentro do nosso próprio terminal, e reaproveitamento dos resíduos gerados na empresa, até as mais avançadas. Todos os nossos equipamentos de movimentação de granéis são 100% eletrificados, utilizando energia de fontes renováveis, comprovada pela aquisição de i-RECs. Ainda testamos veículos elétricos em nossas operações, como caminhões basculantes e

pás carregadeiras, e utilizamos etanol como combustível, que consideramos uma escolha mais sustentável. O somatório dessas ações faz parte da nossa estratégia climática e engajamento na economia de baixo carbono”, explica Ulisses Oliveira, diretor de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade do Porto Sudeste.

A empresa, que tem o selo ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol pelo inventário completo de Gases de Efeito Estufa (GEE), vem investindo em novas tecnologias em busca das melhores práticas para mitigar impactos ambientais, principalmente os que têm relação direta com as mudanças climáticas, como ressalta o executivo.

“A natureza da nossa atividade já representa um desafio significativo na nossa jornada de descarbonização. Em 2023, assumimos o compromisso de reduzir em 50,4% as emissões de GEE de escopos 1 e 2 até 2033 em relação ao ano base 2021. O escopo 3 é o nosso maior desafio, mas estamos na direção certa para encontrar soluções. Somos o primeiro porto no Brasil a implementar uma ferramenta que calcula as emissões de GEE dos navios que atracam em nosso terminal. Com essa tecnologia, estamos transformando a gestão de nossa cadeia de valor, abrindo portas para soluções que reduzem os impactos ambientais de forma efetiva”.

Com mais essa certificação, o Porto Sudeste reafirma sua liderança no setor portuário, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Brasil e a importância do comprometimento com a sustentabilidade e a proteção dos ecossistemas, assegurando que as operações portuárias sejam realizadas de maneira consciente e responsável.

“O setor portuário tem participação relevante na nossa economia, com mais de 90% do comércio internacional brasileiro feito pelo mar. Por isso, mudar a forma como operamos é fundamental. Estamos promovendo uma mudança concreta, com transparência e responsabilidade. Este selo não é apenas um reconhecimento, mas um compromisso de longo prazo com o futuro do planeta”, reforça Oliveira.

SELO DIAMANTE

O selo diamante é concedido pela Aliança Brasileira para Descarbonização de Portos (ABDP) apenas às empresas que cumprem requisitos rigorosos, como a elaboração de um Inventário de Emissões de GEE completo, abrangendo os escopos 1, 2 e 3, seguindo as normas do GHG Protocol, a apresentação de um Plano de Descarbonização com metas definidas e a comprovação da efetiva redução de emissões no ano de 2023, por meio de um relatório.

Sobre o Porto Sudeste



O Porto Sudeste é um porto privado, projetado para movimentar diversos tipos de granéis sólidos, em especial o minério de ferro, e líquidos. Atualmente, é um dos terminais mais eficientes do Brasil, com capacidade para movimentar até 50 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e com tempo recorde de descarregamento de vagões. Estrategicamente localizado na Ilha da Madeira, em Itaguaí (RJ), o empreendimento é considerado um dos mais modernos do país e representa a menor distância entre os produtores de minério de ferro de Minas Gerais e os clientes no Brasil e no exterior. O Porto Sudeste gera empregos para a região, aumenta a arrecadação de impostos e promove o desenvolvimento para o município de Itaguaí.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 27/11/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A DESCARBONIZAÇÃO COMO IMPERATIVO PARA O FUTURO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A formação da coalizão para promover a descarbonização do setor de transportes, com a participação de importantes atores como a Confederação Nacional do Transporte (CNT), o Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, do Insper, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e o Grupo CCR, é uma iniciativa promissora na busca por um futuro mais sustentável para o Brasil. Essa parceria foi oficializada nessa terça-feira, dia 26, em evento em Brasília. Ao unir forças, esses atores demonstram a compreensão de que a transição para uma economia de baixo carbono é um desafio que exige a colaboração de todos os segmentos da sociedade.

O setor de transportes, responsável por uma parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa, tem um papel fundamental a desempenhar nessa transição. A iniciativa de elaborar um inventário de emissões de poluentes do setor rodoviário, promovida pela CNT, é um passo crucial para a definição de metas e ações concretas de redução dessas emissões.

A adesão do Tribunal de Contas da União (TCU) a essa agenda também é fundamental. Ao incorporar critérios de sustentabilidade em seus processos de avaliação, a Corte de Contas contribui para garantir que os investimentos em infraestrutura sejam realizados de forma responsável e com menor impacto ambiental.

A reforma tributária - mencionada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, em sua participação no evento de lançamento da coalizão, na terça-feira - pode ser um importante aliado nesse processo. Ao criar um ambiente de negócios mais previsível e seguro, a reforma pode estimular investimentos em tecnologias limpas e eficientes, acelerando a transição para um modelo de transporte mais sustentável.

No entanto, é preciso reconhecer que a descarbonização do setor de transportes é um desafio complexo que exigirá esforços de todos os atores envolvidos. O setor privado terá um papel fundamental na implementação de novas tecnologias e na adoção de práticas mais sustentáveis. O poder público, por sua vez, deverá criar políticas públicas que incentivem a transição para um modelo de transporte mais limpo e eficiente, investindo em infraestrutura, incentivando o uso de transportes públicos e não motorizados e promovendo a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias limpas.

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), que será realizada em Belém em 2025, representa uma oportunidade única para o Brasil apresentar ao mundo suas ações e compromissos com a agenda climática. A apresentação do inventário de emissões de poluentes do setor rodoviário, juntamente com as propostas da coalizão, poderá fortalecer a posição do país como líder global na luta contra as mudanças climáticas.



Nesse cenário, a formação da coalizão para a descarbonização do setor de transportes é um sinal de que o Brasil está tomando medidas concretas para enfrentar um dos maiores desafios da atualidade. No entanto, é preciso que todos os atores envolvidos trabalhem em conjunto para que as metas estabelecidas sejam alcançadas. A descarbonização do setor de transportes é um imperativo para garantir um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS - AVIAÇÃO CIVIL: USO DO SAF DEVE ATINGIR 37% ATÉ 2037

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

DESCARBONIZAÇÃO

O setor de aviação civil tem sua ação definida para auxiliar na descarbonização do mercado de transportes brasileiro. Em evento nessa terça-feira, o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, destacou que uma das principais políticas públicas nesse sentido foi definida na Lei do Combustível do Futuro. Ele destacou que, com a nova legislação, o setor recebeu a meta de iniciar e ampliar o consumo de combustível sustentável de aviação (SAF) em 1% em 2027 e alcançar o percentual de 10% até 2037.

SELO OURO 1

O terminal portuário Portonave, instalado em Navegantes (SC), recebeu o selo Pró-Clima Ouro pelas práticas sustentáveis que vem adotando. A certificação foi dada na última semana, em Suape (PE), pela Aliança Brasileira para Descarbonização dos Portos (ABDP), dentro de seu programa de reconhecimento dos terminais e complexos marítimos comprometidos com a redução da emissão de gases poluentes.

SELO OURO 2

Para Flávia Crozeta, supervisora de Meio Ambiente da Portonave, os esforços para a descarbonização do setor contribuem significativamente para evitar o avanço das mudanças climáticas, com impactos já evidenciados no País. Algumas das ações adotadas pelo terminal integram seu mais recente projeto, iniciado neste ano, a adequação do cais da instalação para receber navios maiores, de até 400 metros de comprimento. Após a conclusão da obra, será possível implantar um sistema capaz de alimentar os cargueiros por meio de energia elétrica, permitindo que desliguem seus motores (movidos a óleo bunker enquanto estiverem atracados).

ENERGIA SOLAR 1

O Brasil acaba de superar a marca de 50 gigawatts (GW) de potência instalada operacional de energia solar. O país tornou-se o sexto a alcançar esse nível, juntando-se aos Estados Unidos, China, Alemanha, Índia e Japão. Os dados foram divulgados nessa terça-feira, dia 26, pela Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). Em relação ao tamanho dos sistemas de geração, a produção de energia solar própria por meio de pequenos e médios sistemas lidera com 33,5 GW de potência instalada. As grandes usinas solares representam 16,5 GW.

ENERGIA SOLAR 2

De janeiro a outubro, foram instaladas 119 usinas solares no país, que adicionaram 4,54 GW de potência elétrica fiscalizada no Brasil. Os dados são do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2024



NACIONAL - CARREFOUR PEDE DESCULPAS POR CRÍTICAS À CARNE BRASILEIRA

Após atritos, CEO elogia qualidade da agroindústria brasileira e reforça compromisso com produtores locais

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

Em comunicado aos acionistas emitido na terça-feira, o Carrefour Brasil afirmou que espera normalizar o reabastecimento nos próximos dias após o pedido de desculpas do grupo (Foto: Paulo Whitaker/Reuters via Agência Brasil)

O grupo francês Carrefour pediu desculpas aos produtores de carne do Brasil depois de declarações do diretor-presidente, Alexandre Bompard, que geraram atritos entre o setor agropecuário brasileiro e a rede de varejo. A crise começou quando, na semana passada, Bompard afirmou que a carne do Brasil não atenderia às normas europeias e anunciou a interrupção de compras do produto do Mercosul para os mercados da França. A repercussão foi imediata e resultou em críticas de entidades do setor e até na suspensão temporária de entregas ao Carrefour Brasil.

SABEMOS QUE A AGRICULTURA BRASILEIRA FORNECE CARNE DE ALTA QUALIDADE, RESPEITO ÀS NORMAS E SABOR. SE A COMUNICAÇÃO DO CARREFOUR FRANÇA GEROU CONFUSÃO E PODE TER SIDO INTERPRETADA COMO QUESTIONAMENTO DE NOSSA PARCERIA COM A AGRICULTURA BRASILEIRA E COMO UMA CRÍTICA A ELA, PEDIMOS DESCULPAS”

ALEXANDRE BOMPARD
diretor-presidente

Na terça-feira (26), Alexandre Bompard divulgou uma carta endereçada ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro, na qual elogiou a qualidade e o respeito às normas da carne brasileira, além de se desculpar pela confusão gerada. “Sabemos que a agricultura brasileira fornece carne de alta qualidade, respeito às normas e sabor. Se a comunicação do Carrefour França gerou confusão e pode ter sido interpretada como questionamento de nossa parceria com a agricultura brasileira e como uma crítica a ela, pedimos desculpas”, escreveu.

Após o anúncio inicial, produtores brasileiros reagiram duramente. O frigorífico Masterboi, um dos principais fornecedores da rede no Brasil, suspendeu o envio de cerca de 450 toneladas de carne por mês durante o fim de semana. Com a retratação de Bompard, as entregas foram retomadas. Em comunicado aos acionistas emitido também na terça-feira, o Carrefour Brasil afirmou que espera normalizar o reabastecimento nos próximos dias.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) também comentou o episódio, destacando a excelência do setor brasileiro, que atende às demandas de mais de 160 países. “O Mapa enaltece o trabalho desempenhado pelo setor, a gestão ativa das associações e seus associados na defesa de uma produção de excelência que chega às mesas de consumidores em mais de 160 países do mundo”, declarou em nota.

Segundo o Carrefour França, a decisão de priorizar carne local foi motivada pela crise enfrentada por agricultores franceses. “Quisemos assegurar aos agricultores franceses, que estão atravessando uma grave crise, a perenidade do nosso apoio e das nossas compras locais”, justificou o grupo, reforçando que a medida não visava desmerecer os mercados internacionais.

Repercussão

Entidades brasileiras, como a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), receberam com satisfação o pedido de desculpas, mas alertaram para os danos causados. “Esperamos que, com isso, as operações da rede francesa sejam reestabelecidas. A agroindústria brasileira é destaque no mundo e atende aos mais altos padrões de qualidade, sanitários e ambientais dos mercados mais exigentes globalmente”, destacou a associação.

A polêmica também mobilizou lideranças do agronegócio no Brasil. Tirso Meirelles, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), chamou a decisão do Carrefour de “protecionista”. “Eles não conhecem a sustentabilidade do gado brasileiro. Hoje temos um trabalho fantástico envolvendo lavoura, pecuária e floresta que ao mesmo tempo dá qualidade de vida ao animal e faz o sequestro de carbono”, disse Meirelles, alertando que medidas como essa colocam em risco a segurança alimentar global.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações (ApexBrasil) reforçou a necessidade de combater discursos infundados sobre produtos do Mercosul, enfatizando que o Brasil adota práticas rigorosas de rastreabilidade e sustentabilidade em sua produção.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2024

NACIONAL - CNT E EMPRESAS FIRMAM PACTO POR DESCARBONIZAÇÃO DO SETOR DE TRANSPORTE

Coalizão busca soluções integradas para reduzir impactos e garantir desenvolvimento sustentável

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



Na opinião do presidente da CNT, Vander Costa, cada segmento deve tomar iniciativas individuais que se somem, considerando também os prazos curto, médio e longo das ações. Foto: Yousefe Sipp/Rede BE News

A Confederação Nacional do Transporte (CNT), em parceria com o Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, do Inspere, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e o Grupo CCR, firmaram um pacto de coalizão para promover a descarbonização do setor. O anúncio foi feito nesta terça-feira (26), durante a quarta edição do evento “Brasil Rumo à COP30”. O evento realizado em Brasília (DF) reuniu autoridades e representantes do setor para debater os desafios e as demandas que serão levadas à cúpula do clima, que acontecerá em Belém (PA), em 2025.

A ideia central é que, a partir de um amplo diálogo entre os diferentes segmentos do setor de transportes, a coalizão elabore uma proposta conjunta de recomendações que ajudem o País a avançar na redução da emissão de gases do efeito estufa em seis verticais: infraestrutura e interseccionalidades; mobilidade urbana; transporte rodoviário, transporte ferroviário; transporte aéreo e transporte aquaviário e cabotagem.

O presidente da CNT, Vander Costa, destacou que a entidade pretende entregar um inventário sobre os dados de emissões de poluentes do setor rodoviário, buscando entender as diretrizes para melhorar a meta de desenvolvimento sustentável. A entrega será feita durante a COP 30, que será realizada em Belém (PA), em 2025.

“Estamos procurando contratar um inventário de emissões de poluentes porque, de forma bastante simples, o setor quer reduzir a emissão, mas em quanto? 20%? 30%? 50%? quanto se emite?”, questionou Vander, e completou: “Se eu não conseguir medir, não vou conseguir aferir o resultado. Espero que, no ano que vem, possamos apresentar na COP 30 o primeiro inventário, com o compromisso”.

Para Costa, “é impossível” criar uma solução única para um setor tão complexo quanto o de transportes. Por isso, ele defende que “cada segmento tome iniciativas individuais que se somem, considerando também os prazos curto, médio e longo das ações”.

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, apontou que o papel da corte tem sido julgar os processos de transporte com base no desenvolvimento sustentável, cláusulas de sustentabilidade e modernização dos contratos.

“Nada adianta seguir a lei de licitações se, no final do dia, a política pública levada adiante for insuficiente. Por isso, não apenas olhamos as concessões de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, mas fazemos a avaliação da modelagem jurídica, econômica, precificação e, sobretudo, temos analisado a nossa energia e dedicado nossos esforços a essa agenda”, declarou.

Ambiente promissor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, espera que, com a reforma tributária aprovada, se criem ambientes de negócios mais produtivos, com a garantia de previsibilidade e segurança jurídica.

“Hoje vivemos em uma economia globalizada. O Brasil, nesses últimos dois anos, abriu mais de 192 mercados no mundo. Isso significa crescimento no setor portuário, da aviação, e novos players internacionais querendo prover investimento no país”.

Também participaram do evento o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania - SP) e o ministro das Cidades, Jader Filho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2024

NACIONAL - RENAN FILHO: ESTRADAS EM BOAS CONDIÇÕES SÃO CHAVE PARA REDUZIR POLUENTES

P-26 é a segunda unidade a atracar no terminal privado do Rio de Janeiro para serviços de limpeza e manutenção

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



Renan Filho destacou a necessidade de uma infraestrutura resiliente frente às mudanças climáticas, combinada com um diálogo respeitoso em questões ambientais e sociais (Foto: Luiz Siqueira/MT)

Ele destacou que, desde o final de 2022, as rodovias em boas condições passaram de 52% para 75%, enquanto as consideradas ruins ou péssimas caíram 10%, resultados que impactam positivamente a eficiência no transporte e a sustentabilidade ambiental. “Isso ajuda muito na redução de poluentes, porque melhora a velocidade média, evita

a frenagem e a reaceleração, e reduz a emissão de carbono”, afirmou.

Além de melhorias estruturais, o Governo Federal está, segundo o ministro, implementando medidas inéditas no setor de concessões rodoviárias. A partir da quinta rodada de leilões, 1% da arrecadação será destinado a projetos de inovação e descarbonização.

Renan Filho também destacou a necessidade de uma infraestrutura resiliente frente às mudanças climáticas, combinada com um diálogo respeitoso em questões ambientais e sociais, como o envolvimento de povos indígenas nos processos. “Hoje, priorizamos essas tratativas ambientais de maneira ampla, mais próxima e crível, para que as obras avancem de maneira sustentável e o Brasil, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, se desenvolva com sustentabilidade”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2024

NACIONAL - MPOR LANÇA PROGRAMA PARA AMPLIAR AVIAÇÃO REGIONAL

Com 11 blocos de concessões, leilões prometem melhorar integração aérea em áreas remotas do país

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



O Governo propõe um modelo que permitirá às concessionárias incorporar a gestão de aeródromos regionais a seus contratos por meio de um processo competitivo simplificado (Foto: Divulgação/Governo do Ceará)

O Ministério de Portos e Aeroportos apresentou na terça-feira (26) a carteira de projetos de concessão de 51 aeroportos regionais espalhados pelo Brasil. A primeira etapa do programa AmpliAR terá um investimento no valor de R\$ 3,4 bilhões em terminais que serão levados a leilão a partir de 2025.

Segundo o Ministério, esses aeroportos serão distribuídos em 11 blocos. O ministro Sílvio Costa Filho destacou que já teve uma boa reunião com os representantes do Aeroporto de Guarulhos (SP).

“Guarulhos já sinaliza pelo menos assumir em torno de 20 a 25 aeroportos no primeiro momento; está em estudo. E espero que outros avancem nessa direção”, afirmou.

De acordo com o órgão, os aeroportos regionais alcançados pelo programa responderam pela movimentação de aproximadamente 800 mil passageiros em 2023. Cerca de 1% do que foi registrado pela aviação doméstica do país.

Costa Filho citou ainda que, apesar da situação do Rio Grande do Sul, este ano terá um crescimento na aviação nacional. “Eu estou muito confiante. Este ano devemos ter, apesar do que aconteceu no Rio Grande do Sul, um crescimento de 5 a 6% na aviação nacional. A nível internacional, estávamos considerando mais de 20% de crescimento em 2024. Já voltamos ao período pré-pandemia e agora é avançar”, disse.

Todos os investimentos do programa serão destinados a infraestruturas de áreas remotas. No Amazonas, das 15 cidades beneficiadas, apenas três têm acesso por estradas. A cidade mais próxima de Manaus, Itacoatiara, está a 270 quilômetros da capital.

O Governo propõe um modelo que permitirá às concessionárias incorporar a gestão de aeródromos regionais a seus contratos por meio de um processo competitivo simplificado. A inclusão desses aeroportos terá como contrapartida ajustes nos contratos, que podem envolver a ampliação dos prazos de concessão ou a redução das outorgas.

A iniciativa busca modernizar a infraestrutura aeroportuária regional, promovendo maior integração com a malha aérea nacional e fomentando o desenvolvimento socioeconômico das localidades atendidas.

Na etapa inicial do programa, a prioridade será a gestão de 51 aeródromos localizados na Amazônia Legal e no Nordeste, regiões identificadas com carências significativas em infraestrutura aeroportuária. A escolha das áreas foi fundamentada no Plano Aeroviário Nacional (PAN), que avalia o custo-benefício social dos investimentos necessários.

Uma consulta pública será aberta nos próximos dias para receber contribuições de estados, municípios, concessionárias, companhias aéreas, Infraero e demais entidades ligadas ao setor. O leilão dos blocos de aeroportos está previsto para o primeiro semestre de 2025.

Também participaram do evento o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé França, e o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Sousa Pereira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2024

REGIÃO SUL - SALGADO FILHO RECEBE ÚLTIMA CAMADA DE ASFALTO ANTES DE OPERAR EM 100%

Entrega da fase 3 das obras do terminal significará retomada dos voos internacionais

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenews.com.br



Conforme planejado, a totalidade da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, com 3.200 m, está prevista para ser entregue no dia 16 de dezembro

A Fraport Brasil, concessionária que administra o Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, anunciou a última etapa de pavimentação da pista do terminal, que permitirá a retomada em 100% das operações do Salgado Filho, incluindo a volta dos voos internacionais após mais de sete meses.

Conforme o planejado, a totalidade da pista de pouso e decolagem, com 3.200 metros, está prevista para ser entregue no dia 16 de dezembro.

“Estamos na última camada de asfalto e depois entrará a sinalização horizontal, o balizamento luminoso, os instrumentos de navegação e, depois, a homologação da pista em sua totalidade operacional de 3.200 metros. Após isso, continuaremos com os acabamentos finais e manutenções rotineiras, sem gerar impactos nas chegadas e partidas dos voos”, comentou Cássio Gonçalves, diretor de infraestrutura e manutenção da Fraport Brasil.

De acordo com a Fraport, o primeiro pouso internacional está programado para o dia 19 de dezembro, com o voo inaugural da companhia aérea Copa Airlines. A rota direta para a Cidade do Panamá terá a frequência de três vezes por semana.

Os próximos voos internacionais já confirmados são para Lima, no Peru, e Santiago, capital do Chile – ambos serão operados pela Latam em janeiro de 2025. Para estes destinos, as passagens já estão sendo comercializadas pelas companhias aéreas.

Recuperações

A recuperação das subestações de energia, fundamental para a recuperação total do aeroporto, também está em estágio avançado, segundo a concessionária. Um passo importante foi dado com a ativação da alimentação da rede de 69 KV, que é mais estabilizada.

Além disso, o aeroporto está com três subestações principais prontas: a KF3, que já está operacional para o atendimento do sistema de pista e balizamento luminoso, e outras duas essenciais, a KF1 e a KF4, que estão praticamente prontas, com previsão de estarem em operação no dia 10 de dezembro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2024

REGIÃO SUL - DRAGA UTRECHT INICIA NOVA FASE DE DRAGAGEM NO RIO ITAJAÍ-AÇU

Expectativa é de que a profundidade de até 14 metros seja retomada em até dez dias

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenews.com.br

A draga Utrecht (tipo Hopper), de propriedade da empresa holandesa Van Oord, chegou ao complexo portuário Itajaí-Açu, em Santa Catarina, no último domingo (24). De acordo com a

Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), nesta semana a embarcação iniciou uma nova fase da dragagem de manutenção no canal de acesso aos portos de Itajaí e Navegantes.



Projetada para serviços de dragagem intensivos e contínuos, a draga Utrecht possui um sistema de sucção que permite a coleta de sedimentos diretamente do fundo do canal (Foto: Matheus Souza/SPI)

Com 159,65 metros de comprimento e 28 metros de largura, a embarcação é considerada uma das dragas mais eficientes da sua categoria. Possui tonelagem bruta de 26.016 toneladas, sendo projetada para armazenar até 18.292 metros cúbicos de sedimentos em sua cisterna, garantindo um alto rendimento durante a operação.

**A OPERAÇÃO DA DRAGA UTRECHT É
COMPLEMENTADA PELA DRAGA NJORD, QUE ATUA
COM JATOS DE ÁGUA PRESSURIZADA PARA
AFROUXAR E MOVIMENTAR OS SEDIMENTOS O FUNDO
DO RIO, FACILITANDO SUA REMOÇÃO**

Segundo a SPI, a draga vai realizar uma operação contínua que visa tanto melhorar o fluxo de águas no Rio Itajaí-Açu quanto evitar riscos de enchentes, uma vez que ajuda a manter o escoamento da água do Vale do Itajaí em períodos de chuvas intensas.

“A draga Utrecht estava atuando no Porto de Santos (SP), e, sua chegada a Itajaí neste domingo, demonstra sua real necessidade de realizar suas etapas de ciclos de dragagem no Rio Itajaí Açu, de acordo com seus parâmetros e áreas compreendidas. Ela irá complementar os serviços de dragagem de manutenção que foram retomados no início do mês com a utilização da draga de injeção de água Njord. Devido a sua alta capacidade de produção, a draga Utrecht deverá recolocar o porto nas suas profundidades nominais entre sete a 10 dias de operação”, afirmou o Diretor da Van Oord, Antonio Seabra.

Projetada para serviços de dragagem intensivos e contínuos, a Utrecht possui um sofisticado sistema de sucção que permite a coleta de sedimentos diretamente do fundo do canal. Uma série de bombas e tubulações potentes fazem a sucção do material, armazenado em sua cisterna, até que possa ser despejado no local de descarte, a cerca de 10 quilômetros da costa (5 milhas náuticas), em uma área específica (bota-fora), sendo depositados em alto mar, indicada pelas autoridades ambientais para preservação do ecossistema local.

Esta é a terceira vez que a draga Utrecht atua no rio Itajaí-Açu desde sua primeira missão, em janeiro de 2019, consolidando-se como um recurso estratégico para a manutenção das operações portuárias na região.

De acordo com a SPI, a draga vai atuar permanentemente na dragagem ao longo do canal de acesso ao Complexo Portuário do Rio Itajaí Açu – áreas a montante e jusante – do Rio Itajaí Açu e também nas áreas das Bacias de Evolução I (em frente aos portos de Itajaí e Navegantes), II (Baía Afonso Wippel – Saco da Fazenda).

“Esse investimento é vital para a economia, considerando que o canal precisa estar em condições ideais para atender à crescente demanda de transporte marítimo no país. O custo mensal desse serviço representa cerca de 70% do orçamento da Superintendência do Porto de Itajaí, uma média de 7 milhões de reais mensalmente. Manter o Rio Itajaí-Açu entre 13 e 14 metros de profundidade é essencial”, destacou o Superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga.

A operação da Utrecht é complementada pela draga Njord, que atua com jatos de água pressurizada para afrouxar e movimentar os sedimentos do fundo do rio, facilitando sua remoção. A técnica potencializa a eficácia da dragagem, permitindo que sedimentos mais finos sejam carregados pela

correnteza, enquanto a Utrecht armazena o material extraído e o transporta para áreas de descarte autorizadas a aproximadamente 10 quilômetros da costa.

Acordo

A dragagem de manutenção foi retomada no dia 8 de novembro. A Portonave, companhia que administra o terminal de Navegantes, vai realizar os pagamentos do serviço até março de 2026, após um acordo firmado entre as companhias portuárias, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Ministério de Portos e Aeroportos.

Os serviços foram interrompidos no mês de agosto. A Van Oord suspendeu os trabalhos em razão de um débito no valor de R\$ 35 milhões da Autoridade Portuária de Itajaí. Os valores que vão passar a ser pagos pela Portonave foram acordados em confidencialidade e não foram divulgados.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/11/2024

REGIÃO SUDESTE - UBERABA INAUGURA PRIMEIRA ZPE DAS REGIÕES SUL E SUDESTE

Zona de Processamento de Exportação (ZPE) Dr. Renato Miranda Caetano Borges vai funcionar em Uberaba, Minas Gerais

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebeneews.com.br



Zona de Processamento de Exportação (ZPE) é a primeira da região Sudeste (Foto: divulgação)

Foi inaugurada em Uberaba (MG), nesta segunda-feira (25), a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) Dr. Renato Miranda Caetano Borges, a primeira das Regiões Sul e Sudeste do Brasil. A solenidade de inauguração contou com a presença de autoridades federais, estaduais e municipais.

Durante o evento, o secretário executivo do CZPE, Fábio Pucci Martins, disse que 2024 está sendo um ano de avanços históricos para o regime de exportação no país. “Até o ano passado, existiam apenas duas ZPEs no Brasil. Em 2024, já inauguramos duas novas, sendo uma delas em Uberaba. Este ano, aprovamos 9 novos projetos empresariais para ZPEs em funcionamento, com investimentos previstos de R\$ 26 bilhões. Espero que em breve possamos aprovar diversas propostas para Uberaba também”, afirmou.

A inauguração em Uberaba é resultado de um esforço de mais de uma década, conforme destacou o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação, Rui Ramos. “O processo começou há cerca de 15 anos, quando tínhamos apenas um decreto e uma área. Hoje, temos uma ZPE pronta para operar. A sensação é de dever cumprido, mas o próximo passo é atrair as empresas”, declarou.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Na inauguração, a prefeita Elisa Araújo anunciou o evento “Vem para Uberaba”, em parceria com o governo estadual, para promover a ZPE e atrair investidores. “O grande pilar da próxima gestão será a inovação. Temos potencial e contamos com um Centro de Inovação referência no Brasil. Uberaba vai continuar avançando”, disse.

O delegado da Receita Federal, Luiz Claudio Martins Henrique, destacou o impacto regional da inauguração. “A ZPE de Uberaba é um marco para as Regiões Sul e Sudeste. Atuaremos de forma parceira para garantir fluidez nos trabalhos e conformidade nas operações de importação e exportação”, disse.

A solenidade também celebrou a memória de Renato Miranda Caetano Borges, empresário uberabense que dá nome à ZPE. Rodrigo Caetano Borges, filho do homenageado, recebeu uma honraria em nome da família, destacando o legado do pai para a cidade.

ZPES NO BRASIL

A ZPE é um distrito industrial que oferece incentivos fiscais e administrativos para empresas que têm como foco prioritário o mercado externo. As interessadas devem apresentar projetos que passam por análise da administradora da ZPE e do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/11/2024

REGIÃO SUDESTE - EVENTO DISCUTE INOVAÇÕES NO PORTO DE SANTOS E PREMIA AÇÕES DE TERMINAIS

O GBM Day 2024 reuniu especialistas da área nos processos de logística do setor

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Ao final da programação do GBM Day ocorreu uma cerimônia de premiação na qual foram destacados os principais terminais do Porto de Santos nas áreas de eficiência e inovação (Foto: Divulgação/Thiago Cunha)

Soluções inovadoras, uso de inteligência artificial e as melhores tecnologias a serem usadas no setor portuário foram discutidos durante o

GBM Day 2024, que foi realizado em Santos, no litoral de São Paulo, na terça-feira (26). O evento reuniu especialistas da área de inovação nos processos de logística e infraestrutura.

Ao final da programação, realizada no Hotel Sheraton, ocorreu uma cerimônia de premiação na qual foram destacados os principais terminais do Porto de Santos no segmento de eficiência e inovação.

O CEO da GBM, Guilherme Macário abriu o evento comentando sobre o uso da inteligência artificial aplicada ao aumento de performance. Em sua apresentação, o executivo atualizou os convidados presentes em relação a dados no Porto de Santos e a influência da IA como fator ponderante para o crescimento.

Representando o complexo santista, o gerente de Planejamento Logístico e Inovação da Autoridade Portuária de Santos, Ricardo Maeshiro, destacou a importância da inteligência artificial na otimização de processos e na integração entre portos e startups tecnológicas.

A programação contou, também, com apresentações de Daniel Ferreira, gerente de dados da MRS, que demonstrou de que maneira o uso de I.A. vem revolucionando as operações ferroviárias. Edison Citelli, diretor de operações da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), comentou sobre os avanços da concessionária e a atualização das obras de contrapartida no complexo santista.

Ainda participaram do evento Gil Giardelli, especialista em inovação, Tiago Nunes, gerente de planejamento da Fips, e Vinicius Rosete, gerente-geral de operações do TEG/TEAG.

Confira os vencedores:

Destaque na Segurança

1º Copersucar / Cutrale / TEG

2º T- Grão

3º ADM

Regularidade Operacional

- 1º) CLI
- 2º) T 39
- 3º) TGG

Estabilidade Operacional

- 1º) Cutrale
- 2º) T39
- 3º) T-Grão

Aumento da Produtividade

- 1º) TES
- 2º) T39
- 3º) ADM

Aumento de Volume Operacional

- 1º) CLI
- 2º) Copersucar
- 3º) T-Grão

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/11/2024

REGIÃO NORDESTE - TERESINA INAUGURA NOVO PÁTIO DE AERONAVES COM EMBARQUE REMOTO

Investimento de R\$ 156 milhões amplia capacidade e moderniza terminal para atender a crescente demanda

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



O Aeroporto de Teresina já oferece voos diretos para capitais como Fortaleza, Recife, Brasília e São Paulo, conectando a capital piauiense aos principais centros urbanos do país

O Aeroporto de Teresina, no Piauí, inaugurou o seu novo pátio de aeronaves. A área, que faz parte das intervenções previstas para serem concluídas até o fim deste mês, recebeu investimentos de R\$ 166 milhões e já conta com oito posições para embarque e desembarque, sendo duas delas com fingers

(pontes) em operação e as demais com embarque remoto via ônibus — uma novidade para o terminal.

Segundo a CCR Aeroportos, concessionária que administra o terminal, já foram realizados todos os testes operacionais para que as operações se iniciem de forma segura. O uso remoto de ônibus, assim como acontece em outros aeroportos, acontece conforme o fluxo de voos simultâneos.

Além do pátio, uma nova sala de embarque foi entregue, contemplando área de check-in reformada, elevadores, escadas rolantes e um novo canal de inspeção. O Aeroporto de Teresina já oferece voos diretos para diversas capitais, como Fortaleza (CE), Recife (PE), Brasília (DF) e São Paulo, conectando a capital piauiense aos principais centros urbanos do país.

Com investimento total de R\$ 156 milhões, as obras do terminal têm como foco ampliar a capacidade operacional, aumentar a segurança e oferecer mais conforto aos passageiros. As melhorias incluem a reforma e ampliação do terminal de passageiros, adequação das áreas de escape (RESAs), novo estacionamento, e melhoria no acesso viário.

“A nova sala de embarque será três vezes maior que a atual, e o terminal aumentará sua capacidade de seis para oito posições de aeronaves. Essas mudanças contribuirão para o desenvolvimento econômico e turístico da região, além de melhorar a experiência dos usuários”, ressaltou o gerente de Engenharia da CCR Aeroportos, Rogério Guimarães.

Cerca de 310 empregos diretos foram gerados durante o período de obras, e a CCR Aeroportos tem trabalhado para minimizar os impactos aos passageiros, segundo Ingrid Mimoso, gerente do Aeroporto de Teresina. “Pedimos compreensão nessa reta final. Em breve, o teresinense terá um aeroporto moderno e digno da capital piauiense, com novos pontos comerciais e sala vip”, destacou.

Expansão nacional

A ampliação do THE integra um pacote de melhorias que abrange outros 15 aeroportos administrados pela CCR Aeroportos em oito Estados, totalizando investimentos de R\$ 1,8 bilhão e gerando cerca de 6 mil empregos diretos. A primeira entrega foi o Aeroporto de Bacacheri, em Curitiba (PR), em julho deste ano, marcando o compromisso da concessionária com a modernização da infraestrutura aeroportuária no Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2024

OPINIÃO – ARTIGOS - MOMENTO POSITIVO NA INFRAESTRUTURA

Por Márcio Galdino

Diretor-regional do Sindicato Nacional dos Cegonheiros (Sinaceg)



A infraestrutura brasileira é um motivo histórico de debates, por vezes acalorados. É sabido por todos que o Brasil, para crescer e sustentar a economia com exportações e venda internas, precisa se livrar de gargalos. De portos e aeroportos às rodovias, sempre podemos melhorar para dar mais fluidez aos transportes, e aumentar a produtividade.

Os últimos meses, nesse sentido, foram oportunos. Somente no âmbito do Governo Federal, o ano de 2024 deve fechar com oito leilões para definir novos concessionários de rodovias. Isso sem contar os processos de privatização dos estados.

Os números parecem pródigos se se levar em conta o horizonte de 2026. Nas estimativas federais, chegaríamos a 35 leilões até o final do governo. A conta de investimentos inicialmente estimada é de R\$ 110 bilhões. Eis uma cifra que poderá ser ampliada se os planos de concessão forem levados a cabo a contento.

A notícia é boa, principalmente para os que se utilizam das rodovias. A agroindústria é um dos setores mais beneficiados, pulmão que é das exportações brasileiras, com cerca de 48% do total do que é vendido ao exterior. Mas o transporte de pessoas e o de cargas, inclusive de automóveis zero quilômetro, depende muito da boa qualidade das estradas.

Os dados oficiais, coligidos pelo Ministério dos Transportes, mostram que os aportes financeiros advindos das novas concessões têm surtido efeito nos indicadores de avaliação pelos usuários. O Índice de Condição da Manutenção (ICM), calculado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), atingiu 70% de estradas em boas condições em maio, o que representou a melhor marca desde 2016.



Segundo os indicadores mais recentes, a proporção de malha péssima é de 12%, a menor desde 2016. Em 2022, a título de comparação, 52% da malha era considerada boa e 23%, ruim ou péssima.

Calculado mensalmente a partir de levantamentos de campo, o ICM traz em dados uma avaliação que nós, os cegonheiros, conhecemos na realidade cotidiana. Afinal, transportamos ao ano mais de 2 milhões de unidades – além das 2,1 milhões fabricadas em 2023, entram na conta os quase 200 mil importados no primeiro semestre de 2024, segundo os últimos dados disponíveis.

Trafegar em vias em boas condições de sinalização e asfalto é sinônimo de segurança e produtividade. Ainda não há dados compilados sobre os impactos que todos esses bilhões em investimentos terão em termos de redução de acidentes.

O Brasil ainda tem índices preocupantes, principalmente se se levar em conta as mais de 33 mil mortes registradas em 2023, conforme dados preliminares divulgados em setembro pelo Ministério da Saúde. É de se acreditar que, com tantas notícias de investimentos, isso se traduza numa redução dos acidentes, pelo menos no médio prazo.

Por todos os indicadores aqui listados, os aportes em infraestrutura indicam um momento alvissareiro para toda sociedade. Cabe a nós, atores do ecossistema de transporte, acompanharmos e contribuirmos para que os recursos e as políticas públicas se traduzam, efetivamente, em vidas preservadas e crescimento econômico. É o que o Brasil mais precisa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

VICE-PRESIDENTE E CONSELHEIRO DO IBL PALESTRAM E SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O SETOR PORTUÁRIO

Informações: IBL (27 de novembro de 2024)

Os conselheiros do IBL (Instituto Brasil Logística), Jesualdo Silva (vice-presidente do Instituto e diretor-presidente da ABTP) e Sérgio Aquino (presidente da FENOP), participaram dos debates do 1º Seminário Internacional de Cooperação e Inovação do Setor Portuário, realizado nesta terça (26) na Câmara dos Deputados.

Eles integraram o painel “Portos verdes e inteligentes: tecnologias e experiências”.

Jesualdo destacou que mais de 95% do fluxo do comércio internacional é feito pelo setor portuário e que “é impossível falar em portos verdes sem falar em portos inteligentes”.

Ele destacou dados do Conselho das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), os quais apontam que a navegação marítima é responsável por 3% das emissões globais de efeito estufa. “Atingir metas de redução de emissões de gás de efeito estufa exigirá investimentos significativos em combustíveis mais limpos e tecnologias para melhorar a eficiência”, frisou.

O vice-presidente do IBL lembrou que apenas 18% dos portos e terminais brasileiros geram energia renovável e 5% das instalações portuárias brasileiras adotam eletrificação e o uso de biocombustíveis em equipamentos operacionais.



No sentido de incentivo à adoção de portos verdes, ele citou vantagens obtidas a partir dessa medida. Dentre elas, sustentabilidade ambiental, responsabilidade social, energia renovável, redução das emissões de efeito estufa e outras poluentes.

Sérgio Aquino explicou o conceito de portos inteligentes e verdes. O primeiro, segundo ele, “é aquele que consegue usufruir da tecnologia para provar o melhor nível de serviço com a maior segurança possível. São também considerados inteligentes porque fazem uso de inovações tecnológicas para melhorar processos”.

Porto Verde “é uma tendência mundial que apresenta exercícios para tomar medidas que equacionem também a questão ambiental de maneira bem ampla. Principais características: integração de energia renovável, infraestrutura sustentável, conservação da biodiversidade e melhor relação com a comunidade: relação cidade – porto”, detalhou.

Juntando as duas práticas, portos verdes inteligentes “não apenas relevantes para a proteção do meio ambiente, mas também para a eficiência econômica e a competitividade no setor marítimo”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/11/2024

AMPLIAÇÃO DE NOVOS MERCADOS RESSALTA QUALIDADE DA DEFESA AGROPECUÁRIA E DOS PRODUTOS BRASILEIROS

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (27 de novembro de 2024)

Desde o início da gestão do ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, foram realizadas mais de 70 missões internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) em 44 países com o objetivo de ampliar as relações comerciais internacionais. Este envolvimento está resultando na ampliação dos mercados. Em menos de dois anos, o país registra 281 aberturas de mercado para produtos da agropecuária brasileira.

“O Brasil ampliou seu portfólio e se consolidou como um grande provedor de alimentos de forma segura, constante e com qualidade. Temos uma das melhores sanidades de produtos alimentares do mundo”, destacou o ministro Fávaro.

Maior exportador de carne bovina do mundo, com quase 160 destinos, o Brasil tem como principais importadores a China; Estados Unidos; Emirados Árabes Unidos; Hong Kong e Chile. De janeiro de 2023 até novembro deste ano, foi reaberta a exportação de carne bovina brasileira para o México, além da inclusão de novos para Singapura, República Dominicana, Japão, Peru, El Salvador, China, Chile, Israel; a ampliação de novos frigoríficos habilitados para China e formalização de pré-listagem para Chile, Reino Unido, Singapura, Cuba, Filipinas e Egito.

O Brasil também é o maior exportador e terceiro maior produtor de carne de frango. Atualmente, o frango brasileiro acessou 153 mercados e houve uma ampliação de mercados no Reino Unido, nas Filipinas, no Chile, em Singapura, em Cuba, habilitações de novas plantas para a China, manutenção do “Paquete contra la inflación y la carestia” (PACIC) no México e novas habilitações na África do Sul.

“O agro é a grande mola propulsora da economia brasileira e vem dando respostas importantes na balança comercial”, salientou Fávaro.

Com cerca de 70% das aberturas de mercados realizadas nos países onde há adesão agrícola, somente neste ano o Mapa institui 11 novos postos, aumentando a presença da representação agropecuária brasileira no mundo com 40 adidos agrícolas.

Diante da diversificação do portfólio de exportações de agropecuária brasileira, a União Europeia representou apenas 2,79% das exportações de carne bovina no período de janeiro a outubro deste ano. Já em relação à carne de aves representou 4,1% das exportações brasileiras de carne de frango no mesmo período.

Fávaro ainda ressaltou que o acordo entre os países do Mercosul e a União Europeia será recíproco e vantajoso para todos. “Um acordo só é bom quando é que é bom para os dois lados e tem reciprocidade. A indústria europeia vai ter benefícios nesse acordo assim como o Brasil e o Mercosul como todo”, disse o ministro.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/11/2024

MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DO PARANÁ CRESCE 8% NO ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO

Informações: Agência Estadual de Notícias do Paraná (27 de novembro de 2024)

De janeiro a outubro, os portos de Paranaguá e Antonina movimentaram mais de 57 milhões e 600 mil toneladas de mercadorias, um aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram 53 milhões 360 mil e 117 toneladas.

A soja foi a commodity mais exportada entre janeiro e outubro, com cerca de 12 milhões e 800 mil toneladas, um aumento de 4% em relação ao mesmo período de 2023, quando foram pouco mais de 12 milhões e 400 mil toneladas.

Utilizada como matéria-prima em indústrias de alimentos, cosméticos e plásticos, a soja liderou as exportações. Os fertilizantes ficaram em segundo lugar, com quase 9 milhões de toneladas importadas em 2024, um crescimento de 13% em comparação a 2023, quando foram cerca de 8 milhões. Os portos paranaenses representaram 24% da entrada nacional deste produto.

O segmento de contêineres ocupados na terceira posição, com mais de 1 milhão e 300 mil TEUs movimentados, alta de 31% em relação a 2023. A demanda por contêineres refrigerados, especialmente para carnes destinadas ao Oriente Médio, impulsionou o crescimento. O diretor de Operações, Gabriel Vieira, resalta o crescimento na movimentação de cargas containerizadas nos portos paranaenses.

Enquanto isso, os portos do Paraná cresceram 22% entre janeiro e outubro, chegando a mais de 22 milhões de toneladas, contra cerca de 18 milhões no ano passado. As exportações subiram 1%, passando de 35 milhões para quase 35 milhões e 500 mil toneladas. (Repórter: Gabriel Ramos)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/11/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

ISENÇÃO DE IR PARA QUEM RECEBE ATÉ R\$ 5 MIL DEVE SER COMPENSADA COM IMPOSTO PARA 'SUPER-RICOS'

Proposta foi incluída em pacote fiscal inicialmente voltado para corte de gastos

Por Sérgio Roxo, Thaís Barcellos e Manoel Ventura — Brasília



O presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo/11-09-2024

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai anunciar a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil no pronunciamento que fará nesta quarta-feira para explicar o pacote de corte de gastos. Com a notícia, o dólar alcançou os R\$ 5,90 na cotação máxima do dia, por volta de 13h50.

Cálculos do governo apontam que a medida custaria por volta de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões. Ela deve ser compensada com a taxa de "super-ricos". Para isso, o governo prevê cobrar IR sobre lucros e dividendos acima de R\$ 50 mil por mês. Hoje, esses ganhos são isentos.

O Congresso Nacional, no entanto, tem resistido a aprovar medidas de aumento de arrecadação, o que deixa o mercado financeiro apreensivo sobre a efetiva compensação da ampliação da isenção. Além disso, há um entendimento de que a medida é altamente populista, dado que afetaria quase 80% dos contribuintes.

A isenção do IR até R\$ 5 mil beneficiaria 36 milhões de contribuintes, 78,2% do total de 46 milhões, segundo a Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco). A associação defende que a renúncia poderia ser compensada com uma tributação de 5% sobre a distribuição de lucros e dividendos.

Promessa de campanha

A medida de correção do IR é uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os detalhes da medida ainda não foram anunciados pelo Ministério da Fazenda.



Fernando Haddad fará pronunciamento à nação para explicar pacote de contenção de gastos — Foto: Divulgação

O desenho que vinha sendo feito teria um impacto de cerca de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões na receita de impostos. Esse desenho prevê limitar o benefício a quem efetivamente ganha até esse valor por mês, mas haveria uma "rampa" para evitar que trabalhadores que recebem um pouco mais não sejam prejudicados.

Foi pensando em evitar um impacto ainda maior na arrecadação que se estuda uma forma de limitar a medida, como mostrou O GLOBO.

Por isso, o que se estuda é que apenas quem efetivamente ganhe até R\$ 5 mil seja beneficiado.

Como é hoje

O recolhimento do Imposto de Renda atualmente é feito por faixas. Hoje, até R\$ 2.259,20 do salário de todos não é tributado. Desse valor até R\$ 2.826,65, cobra-se 7,5%.

A escadinha segue até que ganhos acima de R\$ 4.664,68, que recolhem alíquota de 27,5%. Além disso, há deduções que fazem a alíquota efetivamente cobrada variar.

Essa fórmula de cobrança de imposto impede que simplesmente se aumente a faixa de isenção, pois seria preciso reajustar todas as faixas.

Dois salários mínimos

Para isentar quem ganha até dois salários mínimos, o governo criou um modelo com desconto simplificado automático para fazer quem recebe até dois salários mínimos (este ano, R\$ 2.824), não pague imposto, mas não isente essa parcela do salário de quem ganha mais do que isso.

Esses números, a faixa de isenção e o desconto precisam ser atualizados todos os anos, quando o salário mínimo é reajustado.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/11/2024

REGRAS DE ACESSO AO BPC NÃO MUDAM COM PACOTE FISCAL, DIZ MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Benefício deve passar por pente-fino em pacote de gastos

Por Geralda Doca — Brasília



Ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias — Foto: Daniel RAMALHO / AFP

O ministro do Desenvolvimento Social (MDS), Wellington Dias, disse que as regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) não serão alteradas no pacote de medidas fiscais prestes a ser anunciado pelo governo. O benefício, equivalente a um salário mínimo, é pago a pessoas com deficiência e idosos (acima de 65 anos) da baixa renda.

Segundo o ministro, a pasta ficará responsável pela inscrição no CadÚnico, revisão do Cadastro e cruzamento de informações sobre a renda dos beneficiários. Caberá ao INSS realizar a perícia médica das pessoas com deficiência.

— As regras de acesso serão mantidas. O MDS cuidará de acesso ao Cadastro e revisão do Cadastro, cruzamento de informações sobre renda, e o INSS sobre perícia para pessoas com deficiência -- afirmou o ministro ao GLOBO.

Segundo ele, a força-tarefa do governo federal continuará atuante na fiscalização e combate à fraudes no BPC.

Dias destacou ainda que haverá uma maior integração de bases de dados da Dataprev e Cerpro. Essas empresas públicas são responsáveis pelo processamento de dados do governo federal.

O governo pretende adotar biometria na concessão de todos os benefícios sociais.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/11/2024

SEGURO-DESEMPREGO ESTÁ FORA DE PACOTE DE CORTE DE GASTOS, DIZ MINISTRO DO TRABALHO

Marinho ainda confirmou mudanças na isenção do Imposto de Renda (IR), taxaço de super ricos e limitação de supersalários

Por Bernardo Lima — Brasília



O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, tem em comum com Lula a dificuldade de se aproximar das novas categorias de trabalhadores — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que o pacote de corte de gastos que deve ser anunciado nesta quinta-feira não prevê mudanças nas regras do seguro-desemprego.

Questionado sobre eventuais mudanças em regras do abono salarial e seguro-desemprego, Marinho afirmou que o segundo não está entre as medidas previstas no pacote de corte de gastos.

— Qualquer coisa que eu falar, eu estou adiantando, então não tem muito como explicar. Se eu falar qualquer coisa sobre os dois assuntos... eu posso dizer o seguinte, não há mudanças de regra do seguro-desemprego, por exemplo — disse o ministro em entrevista coletiva.

O ministro também confirmou mudanças na isenção do Imposto de Renda (IR), conforme adiantado pelo GLOBO.

—Tudo, supersalários, imposto para os super-ricos, vem tudo aí, pacote completo — disse Marinho ao ser questionado sobre quais medidas devem ser anunciadas pelo governo nesta quinta.

Isenção para quem ganha até R\$ 5 mil

Como confirmado por Marinho, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai anunciar a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil no pronunciamento que fará nesta quarta-feira para explicar o pacote de corte de gastos.

A iniciativa, porém, não está prevista na proposta de Orçamento de 2025, enviada pela Fazenda ao Congresso em agosto. Em setembro, Haddad disse que havia apresentado a Lula estudos sobre os impactos da implantação da medida.

A medida é uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vista dentro do governo como uma iniciativa de grande alcance popular, a elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda pode ser uma forma de atenuar o desgaste que pode ser causado pela trava que será imposta ao reajuste do salário mínimo que entrará no pacote de corte de gastos.

Técnicos da Fazenda resistiam a esse anúncio porque temem que o corte de gastos pode ter seu impacto neutralizado caso seja feito junto com medida que reduza receitas. Haddad vinha dizendo que o pacote seria focado no lado das despesas.

O desenho que vinha sendo feito teria um impacto de cerca de R\$ 35 bilhões na receita de impostos. Esse desenho prevê limitar o benefício a quem efetivamente ganha até esse valor por mês, mas haveria uma “rampa” para evitar que trabalhadores que recebem um pouco mais não sejam prejudicados.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/11/2024

USINA DE ANGRA 2 PODERÁ PRODUZIR INSUMOS DE REMÉDIOS CONTRA O CÂNCER

Eletronuclear, estatal que opera as usinas de Angra dos Reis (RJ), assinará memorando de entendimentos com a Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear

Por Vinicius Neder — Rio de Janeiro



Usinas de Angra 1 e Angra 2 — Foto: Divulgação/Eletronuclear

A Eletronuclear, estatal que opera as usinas nucleares de geração de eletricidade em Angra dos Reis (RJ), e a Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear (SBMN) firmarão nesta quinta-feira, em Brasília, um memorando de entendimentos (MOU, na sigla em inglês) para estudar alternativas de produção de insumos radioativos para radiofármacos. A ideia é produzir insumos na usina Angra 2.

Radiofármacos são remédios e substâncias – como contrastes e reagentes – com quantidades mínimas de radioatividade, que servem tanto para o diagnóstico quanto para a terapias, especialmente contra o câncer. É o caso, por exemplo, do contraste administrado nos pacientes que passam pela Tomografia por Emissão de Pósitrons, mais conhecida pela sigla em inglês “PET scan”.

No Brasil, a produção de radiofármacos é concentrada em institutos de pesquisa da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), entidade vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), mas boa parte dos insumos é importada.

Há anos, em diferentes governos, a aposta da Cnen para reduzir a dependência das importações é a construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), projeto desenhado desde 2008. Embora tenha até sido incluído no Novo PAC, lançado em agosto de 2023, a construção do RMB, que ficará em Iperó (SP), nem começou.

Processo adaptado

Por isso, a ideia da Eletronuclear é adotar, na usina Angra 2, processo produtivo que tem sido usado em unidades de geração semelhantes, como as usinas de Cernavoda 2, na Romênia, e Bruce 7, no Canadá.

Segundo a estatal, é possível produzir um desses insumos, o Lutécio 177, adaptando um processo de “medição de fluxo de nêutrons” no reator de Angra 2. O processo de medição, importante para a operação da usina elétrica, “consiste na circulação de pequenas esferas de aço por meio de tubos até o interior do reator”, segundo explicação da Eletronuclear.

No caso da adaptação usada nas usinas da Romênia e do Canadá, esferas contendo Itérbio 176 são injetadas no sistema, em vez das similares de aço. “O Itérbio transforma-se em Lutécio 177, que é então remetido ao laboratório para processamento e preparação do radiofármaco”, explica a Eletronuclear.

Segundo o presidente da Eletronuclear, Raul Lycurgo, ainda não é possível estimar a quantidade de radiofármacos que seria possível produzir em Angra 2. O estudo para estimar essa capacidade é um dos objetos da parceria com a SBMN. Embora o MOU tenha vigência de cinco anos para desenvolver as pesquisas, Lycurgo acha que os primeiros resultados poderão não demorar tanto.

– Vamos poder trazer essa experiência internacional rapidamente – afirmou Lycurgo, que assinará o MOU em cerimônia, ao lado da presidente da SBMN, Elba Etchebehere. Segundo o executivo, o prazo de vigência da parceria com a entidade médica permitirá ir além das experiências já existentes. – Vamos tentar fazer com que o nosso reator produza “n” outros insumos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/11/2024

LULA E HADDAD APRESENTAM CORTE DE GASTOS A LIRA E PACHECO NESTA QUARTA; LÍDERES TAMBÉM RECEBERÃO MEDIDAS

Tendência é que anúncio seja feito ainda nesta semana

Por Victoria Abel — Brasília



Rodrigo Pacheco, Lula e Arthur Lira — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve chamar os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para apresentar plano de corte de gastos elaborado pelo governo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participará do encontro. A reunião está prevista para às 17h30.

Depois, por volta de 18h30, as mesmas medidas devem ser apresentadas para os líderes governistas numa reunião com Haddad e o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

A espera pelo pacote de contenção de despesas já se estende por quase um mês. Entre os pontos mais críticos em discussão estavam as mudanças no cálculo do Benefício de Prestação Continuado (BPC) e na previdência dos militares. Haddad afirma que o texto está pronto e agora precisa ser discutido com os líderes parlamentares.

A ideia é que os textos sejam apresentados primeiramente no encontro com Lira e Pacheco, depois seja distribuído aos líderes.

A reunião com líderes da Câmara pode ocorrer nesta quarta e, no Senado, na quinta

Em meio à reta final antes do anúncio do pacote de corte de gastos, o ministro Fernando Haddad segue sem agenda pública nesta quarta-feira. O mesmo aconteceu na terça, quando os compromissos públicos do ministro não foram divulgados.

Haddad disse que será entregue ao Congresso duas propostas, um projeto de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

O pacote prevê ainda reduzir o critério de acesso ao abono salarial (PIS/Pasep), de dois para um salário mínimo e meio. Também está prevista uma norma para apertar regras de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a idosos e deficientes de baixa renda) e novas regras para aposentadoria de militares, como a idade mínima de 55 anos.

O pacote fiscal deve prever uma economia entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões em 2025 e de R\$ 40 bilhões em 2026, segundo fontes que acompanharam as conversas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/11/2024

CHINA CORRE PARA COMPRAR SOJA BRASILEIRA ÀS VÉSPERAS DA VOLTA DE TRUMP À CASA BRANCA

Compras do grão já cobrem pelo menos metade da demanda chinesa para o período de fevereiro a abril

Por Bloomberg



Embarque de soja em navio graneleiro no Porto de Santos: Brasil já é o principal fornecedor para o mercado chinês — Foto: Patricia Monteiro/Bloomberg

Compradores chineses estão adquirindo grandes volumes de soja brasileira da próxima safra, tirando vantagem dos preços atrativos em uma estratégia que também ajuda a garantir o fornecimento em um momento de preocupações com o agravamento das tensões comerciais com os Estados Unidos.

O Brasil deve colher uma das maiores safras de soja de todos os tempos, tornando a oferta abundante e ajudando os operadores chineses a garantir boas margens. Compras ativas de soja brasileira já cobrem pelo menos metade da demanda chinesa para o período de fevereiro a abril, bem como cerca de 20% para maio e junho, de acordo com estimativas de operadores a par das negociações.

Soja brasileira mais barata do que a americana

Os traders normalmente reservam cargas com cerca de dois meses de antecedência, mas podem bloquear embarques com maior prazo quando as margens se revelam suficientemente fortes. Os preços para as cargas brasileiras estão cerca de US\$ 2 (R\$ 11,60) por tonelada abaixo dos preços



do Golfo dos EUA para fevereiro, e US\$ 22 (R\$ 128) mais baratos para março, segundo dados da Commodity3.

Processadores chineses também estão adotando a medida comum de garantir algumas cargas brasileiras para entrega em dezembro e janeiro, durante a entressafra mais cara antes da próxima colheita, disseram os operadores. Esse período é tipicamente quando os EUA dominam o mercado global, após sua própria safra.

Embora o Brasil já seja o maior exportador mundial, as compras recentes destacam a crescente dependência da China pela soja brasileira.

O temor de um possível choque de oferta, caso os produtos agrícolas americanos sejam envolvidos em outra guerra comercial após a posse do presidente eleito Donald Trump no início do próximo ano, é incentivo adicional para o armazenamento de soja em outros lugares.

Menor compra de soja americana desde o primeiro governo Trump

Trump declarou na segunda-feira que planeja impor tarifas adicionais de 10% sobre produtos chineses. Ele já havia prometido aumentar as tarifas para 60% sobre todos os produtos do país asiático, elevando o risco de que bens agrícolas possam ser alvos de medidas retaliatórias.

Os operadores não estão evitando totalmente a oferta americana, e os EUA possuem cerca de 4 milhões de toneladas de vendas de soja pendentes para a China na temporada 2024-25, segundo dados do governo. Ainda assim, é o menor volume para este período desde 2018, durante o primeiro mandato de Trump.

Os compradores estão cautelosos devido às preocupações com tarifas mais altas, afirmou a consultoria chinesa Mysteel Global em um relatório na semana passada.

A China deve importar cerca de 109 milhões de toneladas de soja na temporada atual. A demanda total por produtos agrícolas, incluindo grãos, tem enfraquecido à medida que o país enfrenta uma crise econômica cada vez mais profunda.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/11/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BRAZIL POTASH, COM PROJETO DE POTÁSSIO NA AMAZÔNIA, LEVANTA US\$ 30 MILHÕES EM IPO EM NOVA YORK

É a primeira abertura de capital em Nova York de uma empresa ligada ao Brasil desde o Nubank, em 2021; oferta ficou abaixo do que se pretendia inicialmente

Por Altamiro Silva Junior (Broadcast)

A Brazil Potash, empresa sediada no Canadá que detém 100% da Brasil Potássio, que tem um projeto de uma mina na Amazônia, fechou na noite desta terça-feira, 26, uma oferta de ações para abrir o capital em Nova York, captando US\$ 30 milhões. As ações saíram a US\$ 15, no piso da faixa prevista, que ia até US\$ 18.

A empresa, ainda em fase pré-operacional, vendeu 2 milhões de ações, segundo as fontes, também menos do que pretendia. Na semana passada, havia feito pedido para emitir 4,25 milhões de papéis, montante que foi reduzido para 2,4 milhões na segunda-feira, de acordo com documentos enviados para a Securities and Exchange Commission (SEC), que regula o mercado de ações dos Estados Unidos.



Ilustração do projeto da mina da Potássio Brasil em Autazes, no Amazonas Foto: Potássio Brasil/Divulgação

Dessa forma, a companhia chega ao mercado avaliada em US\$ 640 milhões.

É o primeiro IPO de uma empresa ligada ao Brasil em Nova York em quase três anos. O último havia sido o Nubank, em dezembro de 2021. Outras empresas, como a de softwares Nuvini, conseguiram chegar às bolsas americanas, mas por meio de uma fusão com um Spac - uma companhia já listada em Nova York, que foi criada para se fundir com outra. A Moove, do grupo Cosan, tentou em outubro um IPO lá fora, mas acabou suspendendo a oferta.

Em agosto, quando ficou público o processo de abertura de capital da Brazil Potash, a empresa tinha planos de captar entre US\$ 100 milhões a US\$ 150 milhões, segundo fontes naquele momento. Nas últimas semanas, fez apresentações a investidores internacionais e sentiu que não havia demanda para tanto.

Além de reduzir o tamanho da captação, a Brazil Potash mudou a listagem das ações. Inicialmente era a Bolsa de Valores de Nova York (Nyse). Agora, a listagem será na Nyse American, o segmento para empresas de menor porte e em crescimento. O papel, que começa a ser negociado nesta quarta-feira, 27, terá o símbolo "GRO".

No prospecto, a companhia informa que pretende usar os recursos captados para pagar licenças ambientais, bancar despesas pré-desenvolvimento do projeto e gastos de engenharia pré-construção. O projeto Autazes, no coração da Amazonas vai exigir ao todo investimentos de US\$ 2,5 bilhões, segundo o prospecto.

Para o IPO, a empresa contratou Cantor Fitzgerald, Bradesco BBI, Freedom Capital Markets e Roth Capital Partners.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/11/2024

ANÁLISE - EQUIPE ECONÔMICA PERDE A QUEDA DE BRAÇO SOBRE ISENÇÃO DO IR, MAS PREVÊ TAXAÇÃO DE SUPER-RICOS

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentou convencer Lula de que o anúncio neste momento não seria bem recebido, mas expectativa da pasta é de que a tramitação ocorra apenas em 2025, com a reforma da renda

Por Alvaro Gribel e Daniel Weterman

O aumento da isenção de Imposto de Renda para a faixa de até R\$ 5 mil representa uma derrota para a equipe econômica nas discussões internas do governo. Nos bastidores, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vinha tentando dissuadir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de anunciar a medida neste momento, por entender que ela merece uma discussão à parte, dentro da reforma da renda, que está em fase de elaboração.

Apesar do anúncio previsto para este quarta, a expectativa é de que a medida só seja enviada ao Congresso no ano que vem, após a aprovação da reforma tributária sobre o consumo. Como o objetivo do texto é que ela seja "neutra" do ponto de vista fiscal, haverá também as compensações, como a tributação dos chamados super-ricos, com a criação de uma alíquota mínima sobre a soma de todas as fontes de renda.

Segundo interlocutores da Fazenda, ambas as propostas (isenção do IR até R\$ 5 mil e tributação dos super-ricos) estarão incluídas em um mesmo projeto de lei. Com isso, uma não poderá ser aprovada sem a outra, para não ferir esse princípio da neutralidade tributária.



Segundo apurou o Estadão, o esforço para convencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a medida não seria bem recebida neste momento envolveu até o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, que foi ao Palácio do Planalto conversar com Lula e explicar a reação que o mercado financeiro poderia ter com a medida.

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentou convencer o presidente Lula de que a isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil precisaria ser debatida em 2025. Foto: Wilton Junior/Estadão

Lula foi alertado de que o pacote de cortes acabaria sendo ofuscado pela “novidade da isenção do IR”. Isso é exatamente o que está acontecendo nesta quarta-feira, como a disparada do dólar, que rompeu a casa dos R\$ 5,90. Ainda assim, o presidente resolveu seguir adiante com a ideia, já que ela constava em seu programa de governo. A Fazenda também entendeu que havia um limite para se contrapor a Lula, já que essa era uma promessa de campanha.

No anúncio desta quarta-feira, a Fazenda dirá que o pacote de cortes de gastos é um projeto, e a isenção do IR, outra proposta, com tramitações ocorrendo em prazos distintos.

Pelas contas do CEO da Verde Asset e gestor do fundo Verde, Luis Stuhlberger, em entrevista ao Estadão, a isenção levaria a uma renúncia de receitas entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões por ano. Ainda que viesse acompanhada da taxaço dos chamados “super-ricos”, o governo conseguiria repor cerca de R\$ 40 bilhões desse valor. A Fazenda, contudo, entende que o custo fiscal da medida é mais baixa, em torno de R\$ 40 bilhões.

O PT quer tentar minimizar o impacto político das medidas de cortes com o anúncio da renúncia do IR, para tentar agradar à base. Isso porque o pacote deve incluir a limitação do crescimento do salário mínimo e mudanças em benefícios como o abono salarial e o BPC.

Um dos temores do mercado financeiro é de que a isenção do IR seja aprovada com maior velocidade no Congresso, por se tratar de uma medida popular, enquanto a compensação com a tributação dos super-ricos não avance nas discussões. Mesmo que a Fazenda entenda que ambas as medidas estarão no mesmo projeto de lei, o Congresso terá autonomia para mexer no texto e dar o seu formato final.

Nesse caso, poderá valer a visão do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou que nenhum aumento de gastos, ou renúncia de receitas, poderá ser aprovada no Congresso sem a apresentação das devidas compensações.

Tiro no pé?

Para o analista de contas públicas da Tendências Consultoria, João Pedro Leme, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil compromete fortemente a sustentabilidade do arcabouço fiscal e pode neutralizar os efeitos do pacote de corte de gastos, a depender do alcance e do formato final que será apresentado pelo governo e aprovado pelo Congresso.

“A mecânica do arcabouço fiscal é fortemente determinada pelo bom desempenho da arrecadação federal e das receitas totais. Se não for bem desenhada, acaba sendo um tiro no pé”, diz o analista.

Isentar quem ganha até R\$ 5 mil deixaria apenas 15% da população na base de cobrança do Imposto de Renda. A medida pode proporcionar um ganho de renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês, impulsionar o consumo e gerar efeito positivo na atividade econômica; por outro lado, de

acordo com o analista, pode gerar uma pressão na inflação, especialmente se o mercado de trabalho continuar aquecido.

“Isso tende a colocar a dívida num patamar de descontrole, além de arriscar, no pior dos cenários, uma possível dominância fiscal (quando a política monetária já não tem mais efetividade sobre controle inflacionário). Por isso, é necessário pensar muito bem sobre o desenho dessa isenção”, afirma Leme.

Mesmo que a isenção venha a ser compensada com a taxação dos super-ricos, é preciso considerar dois efeitos, segundo o especialista: o ganho de arrecadação com a cobrança e mudança no comportamento de agentes econômicos.

“Este último pode reduzir a eficácia da tentativa oficial de compensação, já que as pessoas, especialmente aquelas com maior instrução e maior capacidade financeira, podem recorrer ao planejamento tributário ou a métodos ilícitos para evitar parcial ou totalmente a cobrança do imposto nesse novo patamar”, diz.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/11/2024

ANÁLISE - INFLAÇÃO ACIMA DO ESPERADO MOSTRA QUE BC PRECISA DA AJUDA DA FAZENDA PARA EVITAR DISPARADA NOS JUROS

Sem um pacote fiscal ‘consistente’, Banco Central terá que subir a Selic para evitar nova piora das expectativas
Por Alvaro Gribel

O IPCA-15 de novembro veio acima do esperado pelo mercado financeiro e acionou uma série de revisões para cima nas projeções de inflação por parte de bancos e consultorias. A inflação mais alta neste final de ano coloca forte pressão não só sobre o Banco Central, mas principalmente sobre o Ministério da Fazenda, que precisa entregar um pacote de corte de gastos robusto para tentar acalmar o dólar e evitar novos repasses da alta da moeda americana para os preços. O resultado, se nada for feito, seria uma taxa de juros ainda mais alta por parte do Comitê de Política Monetária (Copom).

Como explicou ao Estadão o economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados, em um primeiro momento, a alta do dólar não é repassada para vários produtos, porque há sempre a expectativa de que a moeda volte para o patamar onde estava. O problema, diz, é quando empresários perdem essa confiança e passam a enxergar a alta como algo permanente – exatamente o que começa a acontecer agora.

Andréa Angelo, estrategista de inflação da Warren Investimentos, revisou de 4,2% para 4,9% a sua estimativa para o IPCA deste ano. Para o ano que vem, a projeção é de 4,85%. Em ambos os casos, o IPCA ficaria acima de 4,5% – limite de tolerância da meta de inflação (3%, com 1,5 ponto de margem para mais ou para menos).



Sem um pacote fiscal ‘consistente’, Banco Central terá que subir a Selic para evitar nova piora das expectativas. Foto: Wilton Junior/Estadão

Eduardo Velho, sócio da Equador Investimentos, explica que a alta do dólar começou a ser repassada para os alimentos e outros produtos no atacado. Ele diz que há um componente externo para a valorização da moeda americana, pela eleição de Donald Trump nos EUA, mas outro interno, que é justamente o risco fiscal. Com o mercado de trabalho aquecido no Brasil, os repasses tendem a ser mais intensos, já que a demanda por produtos

permanece forte.

“A dinâmica do dólar está vinculada ao cenário externo, mas o peso preponderante tem sido o fator doméstico: percepção de aumento da dívida bruta, do déficit nominal estimado de 8% do PIB tanto em 2024 como em 2025”, afirmou.

Na última reunião do Copom, o Banco Central deixou em aberto a possibilidade de acelerar o ritmo de alta dos juros, de 0,5 ponto para 0,75 ponto, no encontro de dezembro. O BC também alertou sobre a necessidade de estabilização da dívida pública, por meio de “aspectos mais estruturais do orçamento público”, em um recado indireto para os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Sem a ajuda da Fazenda, não haverá alternativa para o Banco Central que não seja subir ainda mais a taxa Selic. Isso colocará a economia em um círculo vicioso, com aumento das despesas com juros, do déficit nominal e da dívida bruta. Essa é a razão para o pacote ser visto como decisivo para o restante do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/11/2024

CORTE DE GASTOS: PACOTE DEVE SER APRESENTADO POR LULA A LIRA E PACHECO NESTA QUARTA; VEJA COMO SERÁ

Planalto organiza uma série de reuniões, que deve terminar na quinta-feira, para apresentação do projeto aos parlamentares

Por Caio Spechoto (Broadcast) e Fernanda Trisotto (Broadcast)

BRASÍLIA - O Palácio do Planalto planeja começar a apresentação do pacote de contenção de despesas ao Congresso ainda nesta quarta-feira, 27 - a ideia é que essa apresentação seja concluída de forma rápida. Está sendo organizada uma série de reuniões com integrantes do Legislativo, com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O provável itinerário é:

- 17h de quarta-feira, 27 - Reunião de Lula com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, no Palácio do Planalto;
- 18h de quarta-feira, 27 - Reunião de Lula com líderes da Câmara, no Palácio do Planalto;
- Quinta-feira, 28, pela manhã - Reunião de Lula com líderes do Senado, no Palácio do Planalto.

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, estão confirmados nessas reuniões. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, está fora de Brasília, mas deve voltar por volta das 16h desta quarta-feira. Sua presença nos encontros é provável. Fontes do Palácio do Planalto ressaltam que esse é um planejamento que pode ser revisto ao longo do dia.



Presidente Lula (C) deve se reunir nesta quarta com Pacheco (E) e Lira Foto: Wilton Junior/Estadão

Desde a reunião decisiva, em que foi apresentado ao presidente Lula o pacote de corte de gastos, o ministro Haddad tem evitado compromissos públicos e despacha da sede do ministério. Nesta quarta-feira, chegou ao ministério por volta de 8h30, sem agenda oficial divulgada, mas com a expectativa da reunião com o Congresso.

O anúncio público do pacote está, de certa forma, condicionado a essa apresentação ao Legislativo. O governo vem aparando as arestas nesse relacionamento, e busca explicar as medidas mais importantes que enviará ao Congresso antes de torná-las públicas, para evitar a rejeição às pautas.

Haddad mesmo já tinha sinalizado que aguardava a Casa Civil agendar essa reunião. No fim, os compromissos foram organizados pela Secretaria de Relações Institucionais, de Padilha. Ontem, o

presidente da Câmara disse que ainda não havia sido chamado para conhecer o pacote e que essa votação tem de ocorrer neste ano.

Como o Estadão/Broadcast já mostrou, o pacote de corte de gastos inclui mudanças nas regras para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), no abono salarial, na política de reajuste do salário mínimo e na previdência e pensão de militares. Haddad confirmou que mudanças no Vale Gás e a limitação dos chamados “supersalários” (que ultrapassam o limite legal) estão no pacote.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/11/2024

‘É PRECISO PENSAR DEZ VEZES ANTES DE CRIAR UMA POLÍTICA PÚBLICA NOVA’, AFIRMA MARCOS MENDES

Economista e pesquisador do Insper dizem que dificuldade de gestão e influência política dificultam iniciativas públicas bem-sucedidas para os problemas do Brasil; apesar do cenário adverso, Mendes organizou um livro com 11 políticas de sucesso implantadas no País

Por Luiz Guilherme Gerbelli



Entrevista com Marcos Mendes - Economista e pesquisador do Insper

BRASÍLIA – O economista Marcos Mendes lança nesta quarta-feira, 27, um livro que trata de políticas públicas adotadas no Brasil que tiveram sucesso. Em 11 capítulos, o pesquisador do Insper organiza uma série de textos com nomes relevantes no debate público brasileiro sobre os mais diversos temas, como ensino médio integral, criação do Pix, marco do saneamento e adoção de cadastro único.

Mendes conta que o livro Políticas Públicas Bem-Sucedidas – Lições para o Bem Comum surgiu como uma reação ao livro publicado por ele em 2022, que tinha o caminho oposto e apontava políticas que não trouxeram o resultado esperado.

“Quando você tem uma política bem-sucedida, o começo se deu com a análise do problema”, diz Marcos Mendes ao Estadão. “São características comuns muito básicas, mas que, ao mesmo tempo, na prática, não são obedecidas.”

Na entrevista, o economista aponta que, embora haja um roteiro claro para políticas de sucesso, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer, porque as iniciativas que mais prosperam “são aquelas que geram benefícios para grupos que se organizaram para pedir alguma política”.

“No Brasil, a gente tem a mania de querer resolver tudo via governo, via uma nova política pública, um novo subsídio, uma nova restituição, uma nova regulação, um novo programa. E a chance de fracasso é muito maior do que a de sucesso, por causa da dificuldade de gestão, de influência política”, afirma. “Um ponto importante é pensar dez vezes antes de criar uma política nova, porque a chance de fracasso é maior do que a de sucesso.” A seguir, os principais trechos da entrevista.

Com base no livro, o que é possível que as políticas públicas bem-sucedidas tenham em comum?

São características comuns muito básicas, mas que, ao mesmo tempo, na prática, não são obedecidas. Quando você tem uma política bem-sucedida, o começo se deu com a análise do problema. Por exemplo, a questão do Ensino Médio em tempo integral. Tem o caso clássico de alta evasão de adolescentes. Identifica quais são os problemas, como a baixa identificação com as disciplinas que estão sendo cursadas, a falta de um projeto de vida daquele adolescente, a baixa qualidade do ensino. Tem também um problema de o adolescente ficar muito tempo na rua e exposto

à violência. E, a partir desses problemas, você vê que o Ensino Médio em tempo integral ajuda a solucionar todos esses problemas. O diagnóstico é a primeira coisa.

O segundo ponto é que o desenho e a qualidade da implementação fazem toda a diferença. Tem os casos da PPP (Parceria Público Privada) de estádio de futebol. A Bahia fez uma que deu super certo, e Pernambuco fez uma que deu super errado. Basicamente, porque o desenho do contrato foi mal feito, os incentivos estabelecidos foram mal feitos. A qualidade do desenho da implementação faz muita diferença. O terceiro ponto é que muitas políticas precisam ser avaliadas ex-ante, durante a implantação e depois. Para fazer isso, tem de fazer um desenho de política bem pensado, criar condições para poder fazer essa avaliação, ter um grupo de controle claro.

Poderia exemplificar?

No caso da implementação de câmeras nos uniformes policiais, Santa Catarina e São Paulo adotaram políticas bem desenhadas no sentido de que criaram o contrafactual, a possibilidade de comparar. Santa Catarina sorteou quais eram os policiais que iriam usar câmera no fardamento, para poder comparar o desempenho deles com outros que estavam atuando sem as câmeras. E São Paulo fez uma implementação faseada, de modo que alguns batalhões tinham câmeras, mas outros não. Você também podia comparar – e tudo isso feito com muito cuidado no desenho da política. Não é só pegar, pendurar a câmera no uniforme do policial e mandá-lo para a rua. Tem de ter todo o sistema de processamento dessas informações, o que vão usar, como vão armazenar as filmagens, se vão usar para treinamento ou só para monitoramento e verificação das ações.

Mais uma vez, houve uma experiência bem-sucedida de São Paulo e Santa Catarina, e teve uma experiência pessimamente sucedida do Rio. O governo do Rio fez de má vontade, de qualquer jeito, e houve alta rejeição de parte dos policiais. Não tinha uma gestão, um comando ensinando e explicando a importância de colocar as câmeras. Quando você tem um treinamento, uma estratégia gradual de implementação, e essa estratégia de avaliação, a chance de a política dar certo é muito maior.

Há, então, um caminho claro para uma política pública ter sucesso. Por que não vemos isso com frequência no Brasil?

São vários os motivos. Primeiro, porque fazer bem feito dá trabalho; nem sempre você tem competência dentro do setor público para fazer isso. O caso das câmeras, por exemplo, foi um movimento de organizações sociais de fora do governo, com capacidade analítica para propor aos governos. Em segundo lugar, tem o velho problema dos interesses estabelecidos. As políticas que mais prosperam são aquelas que geram benefícios para grupos que se organizaram para pedir aquela política. Em vez de sair do diagnóstico de um problema, sai de uma demanda ou de um benefício que algum grupo quer ter. Isso é muito comum, por exemplo, no caso da educação. Os sindicatos de professores comandam as demandas e resistem fortemente a muitas políticas que comprovadamente aumentam a qualidade da educação, como bonificar professores conforme o desempenho. Vai muito da capacidade dos governos de implementar, de resistir a grupos de pressão e ter competências para fazer o diagnóstico e programação de políticas de forma mais cuidadosa.

E aí a avaliação se torna ainda mais importante para fugir desses grupos de interesse...



É importante porque mostra o resultado concreto. E é preciso avaliar até mesmo as políticas que já são consolidadas e foram bem sucedidas em outros lugares, porque o dia a dia da aplicação prática tem muitas idiosincrasias. Às vezes, tem algum procedimento prático na implementação da política que não foi bem feito, e o resultado lá na ponta é diferente do que se espera.

É preciso avaliar até as políticas consolidadas, diz Marcos Mendes
Foto: Amanda Perobelli/Estadão

O livro olha para políticas internas, mas é possível dizer qual é o patamar da qualidade das políticas do Brasil na comparação com as principais economias?



Os vários atores analisaram experiências nacionais e se elas foram bem sucedidas ou não. Mas, no geral, quando você avalia as políticas públicas brasileiras, ainda tem muito chão para andar. Veja, por exemplo, uma questão, que não está no livro, mas é um tema sempre abordado: a dificuldade de fazer o básico, de alfabetizar a criança. Alfabetizar a criança na idade certa ainda é um desafio para uma rede escolar pública, que está consolidada há décadas, mas até hoje não encontrou ou não aceitou os métodos mais eficientes de fazer a alfabetização. Tem o exemplo do Ceará, que é um caso de sucesso, mas a maioria do País não consegue fazer. A gente tem muito terreno para melhorar em termos de qualidade e, no Brasil, temos a ideia de que é sempre a questão é colocar dinheiro. Se alguma coisa não está dando certo, coloca mais dinheiro. Se a educação está atrasada, cria um super Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) com uma montanha de dinheiro do governo federal. O Fundeb mais do que dobrou a despesa em termos reais e os resultados educacionais continuam os mesmos, porque o que precisa é melhorar a forma como se implementa lá na ponta. Tem uma outra coisa que saiu de aprendizado desse livro, que é a importância do federalismo.

Poderia explicar?

Quando existem vários governos estaduais tentando fazer as coisas cada uma na sua estratégia, algumas dão certo, e outras não. Os outros podem copiar as que deram certo. É um ambiente de experimentalismo. Se você tivesse um governo unitário, com tudo saindo de Brasília, não haveria essa diversidade. Na hora que você tem diversos governos, a nossa organização federativa, que, em geral, a gente sempre vê como geradora de problemas, na prática, na implementação de políticas públicas, tem um terreno para ganho de eficiência e até de competição entre os governos. Cada um querendo fazer melhor que o outro, querendo ter melhores resultados. Se for possível, de alguma forma, incentivar esse tipo de competição e essa aferição dos sucessos dos Estados e dos municípios, isso gera um movimento positivo para o País.

Qual é o tamanho do desafio para que boas políticas públicas perpassem vários governos?

Essa é uma outra questão que a gente vê no livro. É o desafio de perenizar as boas políticas. Por exemplo, tem a estratégia de saúde da família. Em vários momentos, houve o risco de interrupção, redução do financiamento ou mudança de direcionamento. O que aconteceu é que a política bem-sucedida cria anticorpos contra a descontinuidade ou ao desvirtuamento, porque a população cobra aquele resultado. Uma outra lição é que é preciso ir aperfeiçoando e aprofundando, dizendo o que pode melhorar na política ao longo do tempo.

Qual é a importância desse aperfeiçoamento?

Tem também o caso tratado no livro do programa de prevenção de desmatamento da Amazônia. Começou como um sucesso estrondoso, com o uso de satélites para monitorar as áreas que estavam sendo devastadas. Você conseguia detectar com clareza e mandar a fiscalização e a repressão. Houve uma queda brutal do desmatamento e das queimadas, mas isso foi esmaecendo com o tempo e aí diminuiu a fiscalização e a intensidade da repressão. E, ao mesmo tempo, você não consegue manter uma política só com repressão; tem que criar mecanismos para desestimular o desmatamento e outras oportunidades econômicas no local para substituir o desmatamento. E isso não se conseguiu fazer, e aí a política foi perdendo potência ao longo do tempo.

É muito difícil você ter uma política bem-sucedida. É a última lição que o livro traz. Isso nos leva a crer que não dá para ficar fazendo política pública para tudo, o tempo todo. No Brasil, a gente tem a mania de querer resolver tudo via governo, via uma nova política pública, um novo subsídio, uma nova restituição, uma nova regulação, um novo programa. E a chance de fracasso é muito maior do que a de sucesso, por causa de todas essas condicionais que falei, da dificuldade de gestão, de influência política. Um ponto importante é pensar dez vezes antes de criar uma política nova.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/11/2024

VALOR ECONÔMICO (SP)

EXPORTAÇÕES NA CHINA TÊM FORTE ALTA NA EXPECTATIVA POR NOVAS TARIFAS DE TRUMP

Economistas preveem embarques recordes em 2024, mas alertam que este pico pode desaparecer rapidamente

Por Stella Yifan Xie — *Nikkei Asia*, de Hong Kong



Exportações; China-EUA — Foto: Steve Helber / Associated Press

O forte motor de exportações da China deve atingir um novo recorde este ano, impulsionado, em parte, por clientes americanos correndo para estocar produtos chineses devido à ameaça de tarifas mais altas do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump.

Wu Zhiqiang, executivo-chefe da Shenzhen Lingke Technology, fabricante de produtos de iluminação que utiliza uma vasta rede de fábricas desde a Tailândia até o delta do rio das Pérolas, na China, disse à “Nikkei Asia” que muitas empresas dos EUA “querem criar uma reserva contra incertezas futuras”.

Vários fabricantes chineses com quem a Lingke trabalha relataram que importadores americanos, incluindo grandes varejistas, fizeram pedidos maiores do que o normal desde a vitória de Trump, segundo Wu. “A ideia é que os clientes americanos querem garantir o máximo de lucros possível antes que uma nova rodada de tarifas entre em vigor”, explicou.

Uma onda de demanda por produtos chineses – de componentes de bateria a seringas – já elevou as importações dos EUA provenientes da China em quase 6% no ano, durante o período de pico de junho a outubro, antes da temporada de festas. Isso indica que as empresas anteciparam pedidos para evitar custos adicionais como novas tarifas implementadas pelo governo de Joe Biden em setembro, de acordo com um relatório da Project44, uma provedora de serviços de cadeia de suprimentos sediada em Chicago.

A tendência deve continuar após este primeiro pico, devido à expectativa de novas tarifas quando Trump assumir o cargo em janeiro, segundo o relatório.

Trump prometeu, durante a campanha, aplicar tarifas de até 60% sobre todos os produtos chineses. Nesta semana, afirmou que cobrará 10% adicionais “acima de qualquer tarifa extra” até que Pequim ajude a conter o fluxo de drogas ilícitas, “principalmente através do México”, e impôs tarifas de 25% sobre produtos do Canadá e do México.

Na semana passada, Trump nomeou o gestor de fundos hedge Scott Bessent, – defensor do uso de tarifas e crítico da China por explorar o mercado aberto dos EUA, – para o cargo de secretário do Tesouro.

Muitas empresas estão se preparando para o impacto. Microsoft, HP e Dell estão correndo para obter o máximo possível de componentes eletrônicos antes de janeiro, disse à “Nikkei Asia”.

No porto de Los Angeles, trabalhadores movimentaram mais de 900 mil unidades, equivalentes a contêineres de 20 pés, em outubro, um aumento de 25% em relação ao ano anterior. Gene Seroka,



diretor executivo do porto, disse que a corrida por cargas é parcialmente motivada por transportadoras que tentam evitar as novas tarifas que podem ser aplicadas após a posse de Trump.

“Estamos vendo uma quantidade considerável de antecipação este ano”, disse Nick Marro, analista líder em comércio global da Economist Intelligence Unit, à “Nikkei Asia”. “Isso é algo com o qual as empresas terão que se acostumar como um problema recorrente, dado o agravamento das incertezas geopolíticas.”

Embora ainda não esteja claro quando as novas tarifas sobre a China entrarão em vigor e quão altas serão, o anúncio mais recente de Trump provavelmente intensificará o efeito de antecipação e levará a um crescimento “muito maior” das exportações chinesas em dezembro, acrescentou Marro.

As exportações da China surpreenderam ao crescer 12,7% em outubro em relação ao ano anterior, o ritmo mais rápido em 27 meses, impulsionadas por produtos tecnológicos como chips e eletrodomésticos. As exportações para os EUA aumentaram 8,1% em outubro, contra 2,2% em setembro.

Larry Hu, economista-chefe para a China no Macquarie Group, disse que a China está a caminho de registrar o maior volume de mercadorias já exportado. O valor das exportações deve crescer 5% em 2024, alcançando cerca de US\$ 3,54 trilhões, superando o recorde de 2022. O superávit comercial do país provavelmente atingirá um recorde de US\$ 1 trilhão, previu ele.

Embora isso dê um impulso à economia chinesa que, em meio ao consumo fraco no mercado interno, tem dependido muito das exportações, muitos observadores alertam que os benefícios dos pedidos antecipados provavelmente serão temporários.

“Achamos que os embarques podem ser antecipados, impulsionando as exportações no primeiro semestre de 2025 antes de enfraquecê-las no segundo semestre”, escreveram economistas do Barclays em comunicado aos clientes. O banco prevê um aumento de 30% nas tarifas dos EUA sobre produtos chineses no segundo semestre do ano que vem, limitando o crescimento econômico da China em 2025 a 4% no total.

Hu, do Macquarie, disse que um aumento de 60% nas tarifas sobre produtos chineses poderia causar uma queda de 8% nas exportações totais da China nos próximos 12 meses, prejudicando ainda mais a confiança empresarial e reduzindo novos investimentos.

Reconhecendo os crescentes desafios que a China enfrenta no comércio global, Wang Shouwen, vice-ministro do Comércio do país, prometeu na sexta-feira apoiar as exportações com novas políticas financeiras e logísticas para ajudar os exportadores a estabilizar pedidos e ganhar participação de mercado no exterior. Ele acrescentou que a China está disposta a participar de “conversas ativas” com os EUA para promover relações comerciais bilaterais estáveis.

Ainda assim, alguns argumentam que a China pode não ter muitas cartas restantes para aumentar as exportações, em comparação com sua primeira batalha tarifária com Trump por volta de 2018.

A moeda do país está muito mais fraca em relação ao dólar do que na primeira guerra comercial, o que reduz as chances de mais desvalorização. Qualquer tarifa de retaliação sobre importações pode gerar contragolpes adicionais.

“A principal solução para a nova guerra comercial é apoiar a demanda interna”, disse Hu, do Macquarie Group.

Enquanto isso, nem todas as empresas dos EUA estão estocando produtos. Muitas estão adotando uma abordagem de espera até que Trump finalize seus planos tarifários.

“Há muita incerteza no momento”, disse Mike Beckham, executivo-chefe da Simple Modern, que fabrica garrafas e outros produtos de estilo de vida. A empresa começou a fabricar produtos em Oklahoma nos últimos anos, embora ainda dependa principalmente da China.

“Algumas empresas estão tentando enviar o máximo que podem agora, mas isso não tem sido um fator determinante na estratégia das empresas com as quais tenho contato”, disse Beckham à “Nikkei Asia”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/11/2024

DEPUTADOS APRESENTAM ALTERNATIVA A CORTE DE GASTOS

Estimativa é de redução de R\$ 1,1 tri em 10 anos; desvinculação ao mínimo é principal medida
Por Raphael Di Cunto, Rafael Bitencourt e Fabio Murakawa Murilo Camarotto — De Brasília



Na TV, Haddad deve, além das medidas, destacar bom desempenho da economia — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

Um trio de deputados do PSD, PP e União Brasil, partidos da base governista, se movimenta para apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), com corte de gastos para ampliar a economia projetada com o pacote fiscal que o governo está em vias de divulgar. A iniciativa, capitaneada pelos deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), Júlio Lopes (PP-RJ) e Kim Kataguirí (União-SP), ainda está em elaboração. E deve ser protocolada nesta quarta-feira, mesmo dia em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretende fazer um pronunciamento em rede de rádio e TV

na noite para explicar as medidas à população.

A PEC precisará do apoio de 171 deputados para começar a tramitar no Congresso. Ela tem como base ideias sugeridas pelo Paulo Bijos, ex-secretário-adjunto da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, que saiu do cargo em julho.

O texto promove medidas com potencial de economizar mais de R\$ 1 trilhão em dez anos, segundo os autores, com base em projeções da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados (Conof). O valor é bem superior ao discutido pelo governo Lula (PT) em seu próprio pacote.

A medida com maior economia de gastos é a desvinculação das despesas públicas previdenciárias ou assistenciais (como o Benefício de Prestação Continuada, BPC) da política de valorização do salário mínimo.

Outra sugestão é desvincular das receitas os pisos de saúde, educação e o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) por três anos (de 2026 a 2028), o que provocará economia de R\$ 74 bilhões, e retirar da Constituição o valor das emendas parlamentares ao Orçamento, deixando para defini-lo por lei complementar.

Os deputados querem ainda limitar o abono salarial a quem ganha apenas um salário mínimo e extingui-lo a partir de 2031. A economia seria de R\$ 15 bilhões até 2031 com a restrição. Atualmente, recebe o benefício anualmente o trabalhador contratado no regime CLT que ganha até dois salários mínimos por mês. Também sugerem limitar as indenizações remuneratórias para os servidores públicos e magistrados a 30% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), com vedação ao pagamento retroativo.

Fontes no Planalto afirmam que o pronunciamento de Haddad poderia ser exibido na quinta-feira, caso o aguardado anúncio das medidas não ocorra hoje, conforme está previsto. O texto a ser lido pelo ministro ainda estava sendo elaborado na tarde de ontem. Mas, além de explicar o teor das



medidas, Haddad deve exaltar na transmissão o bom desempenho da economia, com desemprego em baixa, inflação controlada - embora fora do centro da meta - e massa salarial em crescimento.

O governo deve enviar seu pacote de medidas de austeridade ao Congresso Nacional na forma de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei complementar.

Na segunda-feira, Haddad afirmou que o pacote já está fechado, após uma reunião “definitiva” com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o assunto. O futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, participou do encontro.

Haddad não divulgou quais seriam as medidas, uma vez que os textos ainda seriam apresentados aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo o ministro, no entanto, as medidas já estão “pacificadas” dentro do governo.

Nesta terça, 26, ministros de pastas sensíveis a investimentos destacaram a importância da responsabilidade fiscal para a previsibilidade da economia. Durante o seminário “Brasil rumo à COP 30”, realizado pela Editora Globo, os ministros Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Renan Filho (Transportes) defenderam as medidas.

“[O pacote de medidas] vai permitir abrir espaço para reduzir juros e retomar o investimento que precisamos”, disse Renan.

Costa Filho lembrou que o pacote envolve muitas áreas e é complexo, mas que “a responsabilidade fiscal é cláusula pétrea”: “Não é uma coisa de direita ou de esquerda. É importante a gente ter previsibilidade para investimentos.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/11/2024

PEC DE DEPUTADOS PREVÊ CORTE DE R\$ 1 TRI EM DEZ ANOS

Proposta deve ser protocolada nesta quarta-feira (27), dia em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretende fazer um pronunciamento em rede de rádio e TV para explicar as medidas à população

Por Fabio Murakawa, Murilo Camarotto, Rafael Bitencourt e Rapahel Di Cunto — De Brasília

Antes mesmo da apresentação do pacote de corte de gastos do governo, deputados do PSD, PP e União Brasil preparam uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para aprofundar a redução de despesas, que poderia chegar a R\$ 1 trilhão em dez anos, segundo os autores. A principal medida prevista é a desvinculação das despesas previdenciárias e assistenciais da política de valorização do salário mínimo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve fazer um pronunciamento em rede de rádio e TV na noite desta quarta-feira para explicar o pacote que o governo enviará ao Congresso. Caso o anúncio não aconteça hoje, o vídeo seria exibido na quinta-feira. Além de detalhar as medidas, Haddad vai exaltar o bom desempenho da economia, com desemprego em baixa, inflação controlada - embora fora da meta - e massa salarial em crescimento.

Ontem, durante o seminário “Brasil rumo à COP 30”, realizado pela Editora Globo, os ministros Silvio Costa (Portos e Aeroportos) e Renan Filho (Transportes) defenderam o corte de gastos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/11/2024

TRANSBORDOS DE CONTÊINERES PODEM TRIPLICAR COM HUB PORTS, APONTA ESTUDO

Por Danilo Oliveira *Portos e logística* 27/11/2024 - 19:40



Levantamento cita Santos, Paranaguá, Itapoá, complexo Itajaí-Navegantes, Suape e Pecém com potencial de se consolidarem como concentradores de carga. Publicação faz alerta sobre necessidade de investimentos em infraestrutura, políticas direcionadas e maior flexibilização

Um estudo concluiu que o desenvolvimento de ‘hub ports’ poderia até triplicar o transbordo de contêineres nos portos brasileiros e reduzir custos com transporte marítimo. A publicação ‘Contribuições para o planejamento da consolidação de hub ports no Brasil’, divulgada nesta quarta-feira (27), ressalta que é indispensável o planejamento público do setor portuário e de transportes contemplar esse tema. Outra constatação é que o ambiente dos portos organizados deve buscar mais flexibilidade e ferramentas adequadas para perseguir o alinhamento de incentivos e cooperação com armadores/operadores para viabilizar o sucesso na implantação dos portos concentradores.

O diagnóstico, apresentado pela consultoria A&M Infra, o escritório Navarro Prado Advogados e a APM Terminals, destaca o Porto de Santos (SP) como favorito por sua proximidade ao maior centro produtor e consumidor do país e pela diversidade de oferta de serviços de longo curso. O levantamento também aponta Paranaguá (SC), Itapoá (SC), o complexo Itajaí-Navegantes (SC), Suape (PE) e Pecém (CE) como candidatos a hub ports, devido a fatores como o posicionamento de players verticalmente integrados, à possibilidade de expansões relevantes de capacidade e à facilidade de adequação do acesso aquaviário.

O entendimento é que esses atributos podem ainda conduzir a arranjos que favoreçam outros portos no planejamento de importadores/exportadores, armadores e/ou serviços específicos. O diretor de Investimentos da APM Terminals para as Américas, Leonardo Levy, que participou do estudo, destacou que a consolidação de um ou mais hub ports no Brasil significaria um acréscimo potencial de até 4,6 milhões de TEUs de transbordo, em volumes de 2023. Ele comparou que o total de movimentos de transbordo realizados no país foi de aproximadamente 2,4 milhões de TEUs no ano passado. “Num cenário mais arrojado para a implementação da dinâmica de hub ports, o volume de transbordo no Brasil poderia triplicar. Isso significaria elevar a incidência de transbordo média dos portos brasileiros, dos atuais 18%, para algo entre 30% e 40%”, avaliou Levy.

Marcos Pinto, sócio-diretor da consultoria A&M Infra, vê o Porto de Santos como um candidato natural e favorito a se tornar um hub brasileiro. Pinto leva em conta que, além de ser o maior porto da América Latina e responder por cerca de 40% da movimentação nacional de contêineres, Santos é o único que recebe praticamente todas as linhas de longo curso que passam pela costa leste sul-americana (ECSA). Ele ponderou que a infraestrutura é um dos principais pontos que impactam negativamente esse potencial, com um acesso aquaviário que não permite a operação de novas classes de navios em sua plena capacidade.

Lucas Navarro Prado, sócio do escritório Navarro Prado, enxerga o Brasil com vocação para o desenvolvimento de hubs regionais e para a adoção de soluções ‘hub-and-spoke’, o que beneficiaria as cadeias de comércio exterior. Prado disse que o planejamento integrado de transportes e demais instrumentos oficiais de planejamento setorial deveriam contemplar a implantação de hub ports no país, buscando coordenar e gerar previsibilidade, conferindo mais segurança às decisões de investimentos, com impacto favorável em termos de atratividade e mobilização de recursos.

A publicação traz o alerta de que o Brasil tem a possibilidade de desenvolver hubs regionais que concentrem volumes de transbordo de outros portos brasileiros e da ECSA, mas precisa superar lacunas, principalmente sua infraestrutura portuária, o que em parte depende do endereçamento por parte do poder público. O documento sublinha que o desenvolvimento de um projeto de hub port em

qualquer porto do mundo é visto como uma oportunidade relevante e é tratado como importância pelos executores de políticas públicas. De acordo com o trabalho, em grande medida, o Brasil já possui um arcabouço legal e regulatório preparado para permitir esse desenvolvimento.

A análise considera que, apesar de melhorias nas últimas décadas a partir das reformas portuárias implementadas, com ganhos de produtividade e capacidade associados a investimentos privados em terminais portuários, a falta de eficiência no planejamento setorial e no modelo de gestão dos portos públicos não foi devidamente endereçada e pode ser considerada hoje o principal gargalo setorial. O estudo cita ainda dificuldades crescentes para destravar e implantar projetos relevantes, em um ambiente em que o planejamento, a coordenação entre agentes e a previsibilidade das ações dos agentes públicos são essenciais para atrair investimentos e mobilizar recursos de forma otimizada e harmônica.

A leitura é que o tema planejamento e consolidação de hub ports no Brasil requer um cuidado específico por parte das autoridades portuárias e formuladores de planejamento e políticas públicas no setor portuário, por envolver uma necessidade de organização intra e interportos, bem como de investimentos relevantes para destravar lacunas existentes, com organização e previsibilidade. “Inversamente, o que se vê hoje é um cenário em que o assunto não é endereçado no planejamento de transportes e setorial. Tal imobilismo não parece ser uma opção de política pública”, aponta o estudo.

Redução de custos

A utilização de grandes navios em modelo ‘hub-and-spoke’ em um serviço típico que liga a ECSA à Ásia, por exemplo, poderia proporcionar redução de custos do transporte marítimo na ordem de 13%. O estudo simula que, se essa solução fosse adotada para os principais serviços dessa rota, a economia total poderia ser de cerca de R\$ 600 milhões ao ano, em 2030. Esse valor não considera o efeito análogo para as demais rotas, para as quais a redução de custos ainda não foi quantificada. Os autores do estudo observaram que a operação de um hub eficiente, em coordenação próxima com os serviços de navegação, permitiria reduzir os tempos de layover (conexão de um contêiner entre o navio de longo curso e o de cabotagem), que hoje são de 5 a 7 dias nos portos brasileiros, mantendo tempos de trânsito competitivos para as cargas.

Outro efeito seria minimizar o número de escalas do serviço principal de longo curso, reduzindo o risco de atrasos e evitando que os impactos de eventuais contratempos se propaguem ao longo de todas as escalas seguintes, ampliando a resiliência da cadeia. A avaliação é que, ao conectar serviços de feeder ao hub de forma mais eficiente, amplia-se a conectividade de portos menores com as diferentes linhas dos armadores e portos de destino, fomentando também os mercados e regiões em que estão inseridos.

O estudo destaca que, historicamente, novas classes de navios começaram a escalar a costa brasileira somente depois de 8 a 15 anos do início de sua operação em portos na Europa. Atualmente, essa defasagem é crescente para os navios com 366 metros — que operam em Roterdã, na Holanda, desde 2006. O principal motivo é a falta de infraestrutura que permita o recebimento dos navios dessa classe (New Panamax). De acordo com as análises, as escalas destes navios no país poderiam estar ocorrendo desde 2018, se houvesse a infraestrutura adequada.

As questões estruturais impedem que os meganavios operem com altos níveis de ocupação e tempo reduzido para carga e descarga, limitando-se as escalas a determinados portos (hubs), que passam a concentrar volumes de transbordo destinados a portos menores, por sua vez, atendidos por navios de menor porte. A adoção do sistema de hub ports impactaria positivamente para o aumento na arrecadação das autoridades portuárias, além da redução nas emissões de CO₂, desenvolvimento das indústrias naval e de combustíveis no Brasil e otimização dos investimentos em dragagem. O estudo identifica a possibilidade de atração de cargas da região do Rio da Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai), que hoje não passam pelo Brasil, e operações adicionais de transbordo para outros portos brasileiros.

O incremento na arrecadação se dará por meio das tarifas pelo uso de infraestrutura e de eventuais valores de arrendamento variável previstos nos contratos. Considerando os volumes adicionais de carga de transbordo estimados e os parâmetros de receita atuais (estrutura tarifária e arrendamentos variáveis) do Porto de Santos, estima-se que o acréscimo de receita proporcionado poderia ser na ordem de R\$ 60 milhões/ ano, num cenário conservador, e até R\$ 160 milhões/ ano, num cenário mais arrojado — para volumes de 2023.

O emprego de navios de maior capacidade e conteúdo tecnológico mais moderno nas viagens de longo curso pode permitir reduções importantes no consumo de bunker e, conseqüentemente, nas emissões de gases do efeito estufa (GEE) para cada contêiner transportado. Além disso, pode gerar uma demanda por combustíveis de baixo carbono na costa brasileira, uma vez que os navios mais modernos são maiores, alguns já navegam com combustíveis com baixa de carbono e a infraestrutura adequada lhes permitiria utilizar toda a sua capacidade.

As escalas frequentes de navios New Panamax (366m) e o aumento do número de navios/viagens de cabotagem poderia gerar uma maior demanda de docagem/manutenção, suficiente para justificar mais investimentos na indústria de construção naval especializada. Outro possível impacto, segundo o estudo, é a escala que viabilize a estruturação de uma indústria de bunkering (abastecimento) de navios, abrindo espaço para que o Brasil se posicione como um produtor/exportador de combustíveis verdes para navegação, por exemplo.

Um dos apontamentos do documento lançado hoje é que, com planejamento adequado, a organização do mercado de navegação sob um modelo 'hub-and-spoke' possibilitaria racionalizar investimentos em dragagem em um ou em alguns poucos portos, de forma planejada, evitando investimentos redundantes e/ou mal alocados, sem a contrapartida esperada em atracções/demanda.

(Em atualização)

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 27/11/2024

OBRAS DE PONTE DA ROTA BIOCEÂNICA DEVEM SER CONCLUÍDAS EM 2026

Da Redação *Portos e logística* 27/11/2024 - 20:06



Com 62% das obras concluídas, a ponte da Rota Bioceânica, que conectará o Paraguai e o Brasil, recebeu, este mês, a visita das ministras de Obras Públicas do Paraguai, Claudia Centurión, e do Chile, Jessica López. As autoridades inspecionaram o progresso da construção, considerada um marco na integração regional. Centurión destacou o apoio político à iniciativa, ressaltando que o Corredor Bioceânico une Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, estabelecendo a rota mais curta entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Segundo Claudia, o projeto está deixando de ser apenas um plano para se tornar realidade, impulsionando oportunidades para toda a região. Já ministra chilena reforçou que os portos do Chile oferecerão uma conexão estratégica ao leste, com economia de tempo e custos logísticos para a região.

A ponte, com previsão de entrega em março de 2026, terá 632 metros de extensão, incluindo um vão central de 350 metros, pilares de 130 metros de altura e pistas acessíveis para veículos, ciclistas e pedestres. Equipamentos como grades de segurança e estruturas para suportar o trânsito de bitrens também serão implementados. Além disso, o projeto inclui acessos de 3,8 km em Carmelo Peralta e 13 km em Puerto Murtinho. Essa infraestrutura reforça a relevância do corredor para o desenvolvimento econômico e a integração sul-americana.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 27/11/2024

GOVERNO LANÇA CARTEIRA DE LEILÕES E CARTILHA DE FINANCIAMENTO DE ATÉ R\$ 30 BILHÕES ATÉ 2026

Por Lorena Parrilha Teixeira *Portos e logística* 27/11/2024 - 20:00



Ministro de portos, Silvio Costa Filho, destaca crescimento do setor e anuncia iniciativas estratégicas em infraestrutura, sustentabilidade e desburocratização

O governo federal apresentou, nesta quarta-feira (27), a nova carteira de leilões portuários e uma cartilha com informações detalhadas sobre financiamento para o setor. Com previsão de até R\$ 30 bilhões em investimentos entre 2024 e 2026, a iniciativa inclui 50 áreas para arrendamentos e concessões, projetos sustentáveis, e modernização de instrumentos financeiros. O lançamento

ocorreu em Brasília e reuniu autoridades, empresários e representantes do setor, marcando o início de uma nova fase para a infraestrutura portuária brasileira.

Durante o evento, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, enfatizou a importância do setor portuário para o crescimento econômico do país, destacando que as exportações de contêineres cresceram mais de 15% em 2023. "Estamos focados em acelerar projetos como o STS-10, no Porto de Santos (SP), e o ITG-02, em Itaguaí (RJ), que será o maior leilão da história do setor portuário brasileiro", afirmou o ministro.

A carteira apresentada hoje inclui projetos como a concessão do canal de acesso do Porto de Paranaguá (PR), a primeira desse tipo no Brasil, prevista para 2024, além de outros leilões em Santos e Itajaí (SC). Desde a vigência da Lei dos Portos (Lei 12.815/2013), já foram realizados 45 leilões de arrendamentos portuários. A atual meta do governo é superar essa marca, atingindo 55 leilões nos próximos quatro anos.

"Nos quatro anos do governo Lula devemos realizar 55 leilões na área portuária. Para se ter uma ideia, entre 2013 e 2022, foram realizados em torno de 45 leilões nesta área. Isto garante mais investimentos e promove a modernização e eficiência de nossos portos, ampliando a competitividade da produção nacional e promovendo o desenvolvimento econômico e social do país", disse Costa Filho.

O secretário nacional de portos, Alex Ávila, reforçou o impacto dos novos leilões, destacando o ITG-02, no Porto de Itaguaí, que receberá investimentos de R\$ 3,5 bilhões. Ávila afirmou que, para 2025 e 2026, projetos como o novo Tecon em Santos (STS-10) e o Porto de Itajaí serão cruciais para a expansão do setor. Já o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, destacou avanços em hidrovias, como os rios Paraguai, Tocantins e Tapajós, e a expectativa de licitação de novos projetos em 2025. Nery reforçou o compromisso da agência em implementar políticas públicas e fomentar projetos estratégicos.

A secretária executiva do MPor, Mariana Pescatori, apresentou a nova cartilha de financiamento, que consolida informações sobre fundos, linhas de crédito e instrumentos como debêntures incentivadas. Ela destacou o crescimento das demandas pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM), que autorizou R\$ 20 bilhões em 2023, e ressaltou a busca por recursos internacionais voltados à descarbonização.

A diretora de programas econômicos do BNDES, Helena Venceslau, complementou com detalhes sobre os instrumentos financeiros disponíveis, como o Fundo Clima e as parcerias com bancos regionais e o banco de fomento, com prazos de financiamento de até 30 anos. Helena também mencionou esforços para reduzir custos e ampliar o acesso para pequenas e médias empresas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/11/2024

TCP AMPLIA CALADO OPERACIONAL NO PORTO DE PARANAGUÁ

Da Redação *Portos e logística* 27/11/2024 - 17:46



A TCP, responsável pelo Terminal de Contêineres de Paranaguá (PR), recebeu homologação para operar com um calado ampliado de 12,1 metros para 12,6 metros em maré zero, conforme a portaria 306/2024/APPA. A mudança, aprovada pela Marinha do Brasil, praticagem e pela Portos do Paraná, aumenta a capacidade dos navios de transportar carga, estimando-se que cada 10 centímetros adicionais de calado possibilitem 80 TEUs a mais por embarcação.

Segundo a gerente comercial de armadores da TCP, Carolina Merkle Brown, essa ampliação marca um avanço estratégico, permitindo operações com navios maiores, otimizando a exportação e importação, e fortalecendo o Porto de Paranaguá como um hub portuário de relevância global. A TCP também deve reduzir o tempo de espera das embarcações e aumentar a fluidez das operações.

O gerente institucional e jurídico da TCP, Rafael Stein Santos, destacou que o novo calado elimina a necessidade de maré positiva para navios com até 12,6 metros, ampliando a flexibilidade operacional e promovendo benefícios diretos ao comércio exterior. Ele também enfatizou os impactos econômicos, como maior geração de empregos, renda e arrecadação para os municípios da região.

A ampliação foi possível graças às obras de derrocagem submarina realizadas na região do canal de acesso ao porto, com a remoção de cerca de 20 mil metros cúbicos de rochas. O material foi doado a municípios litorâneos do Paraná para uso em obras públicas, como pavimentação. A conclusão desse projeto, segundo Santos, reforça o comprometimento das autoridades marítimas e portuárias com o crescimento econômico e logístico da região.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 27/11/2024

7º PRÊMIO ANTAQ RECONHECEU 45 DESTAQUES POR MELHORES PRÁTICAS DO SETOR AQUAVIÁRIO

Da Redação *Portos e logística* 27/11/2024 - 17:42



A 7ª edição do Prêmio Antaq, na última terça-feira (26), destacou 45 empresas, entidades e pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do setor aquaviário no Brasil. Com a introdução da categoria "Gênero e Diversidade", a premiação buscou reconhecer ações que promovem igualdade de gênero, inclusão de minorias e diversidade no ambiente corporativo. A agência avalia que essa edição refletiu o compromisso crescente com as melhores práticas ESG (Ambiental, Social e Governança).

Os vencedores da categoria "Gênero e Diversidade" foram a Portonave (SC), com seu Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI); a Vale, por suas ações voltadas à equidade de gênero no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA); e a VLI, com o programa "Elas na Logística". Já na categoria "Iniciativas Inovadoras em Emergência Climática em ESG", o Porto do Açu (RJ) liderou, seguido pelo Porto de Suape (PE) e pelo Porto de Paranaguá (PR).

O Índice de Desempenho Ambiental (IDA) premiou os portos públicos e terminais privados com maior desempenho ambiental e evolução anual. Entre os destaques estão o Porto de Suape (PE), o Porto

do Itaqui (MA) e o Ferroport Terminal de Minério (RJ). Já o "Artigos Técnico-científicos" laureou o "Projeto Aves do Açú", além de estudos sobre prevenção e resiliência em portos.

A categoria "Conformidade Regulatória" reconheceu 21 empresas de diferentes modalidades, avaliadas pelo modelo de risco infracional da Antaq. Entre os premiados estão a Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia e o Terminal Portuário Cotegipe (BA). Na Pesquisa de Satisfação dos Usuários (PSU), empresas como Dirceu Ferreira Navegações e Anália Navegações foram as vencedoras.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/11/2024

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA RETIRA PL DAS EÓLICAS OFFSHORE DE PAUTA

Por Danilo Oliveira Offshore 26/11/2024 - 22:29



Relator solicitou adiamento da apreciação dessa matéria até próxima semana. Senador Weverton ainda apresentará relatório do substitutivo que foi aprovado na Câmara dos Deputados

A Comissão de Infraestrutura do Senado (CI) retirou de pauta a discussão sobre o substitutivo da Câmara dos Deputados do projeto de lei que trata da geração eólica offshore, que estava prevista para a sessão desta terça-feira (26). O PL 576/2021, de autoria do senador Jean-Paul Prates (PT/RN), disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore. A matéria foi um dos 10 itens que seriam apreciados hoje pela CI e que foram adiados para reexame. Há expectativa de que o PL seja pautado para a próxima sessão da comissão, na semana que vem.

O texto atual aguarda a apresentação e aprovação do relatório do senador Weverton (PDT-MA), que solicitou o adiamento. Durante a sessão de hoje, o presidente da CI, senador Confúcio Moura (MDB-RO) falou que recebeu o pedido de adiamento do relator, mas não informou o motivo desta postergação. Após a aprovação na CI e no plenário, o texto será encaminhado para sanção presidencial.

No setor há receio de que a demora na aprovação do PL 576/2021 se reflita na desmobilização de recursos e iniciativas de grandes empresas e fundos de investimento no ambiente nacional. A leitura é que a inexistência de um marco regulatório impede a continuidade das prospecções em eólicas offshore no Brasil, fazendo com que essas organizações redirecionem seus recursos para outros mercados em desenvolvimento e com ambiente regulatório já estruturado.

Entidades setoriais avaliam que, após a regulação, o Brasil ainda precisará dar outros passos rumo à consolidação da geração eólica offshore, que estão associados aos custos, linhas de financiamento e a condições de desenvolvimento, a fim de viabilizar os projetos e preparar a cadeia produtiva com antecedência para o desenvolvimento dessa atividade.

Um dos pontos de atenção no mercado internacional é como os grandes bancos vão se posicionar para auxiliar no financiamento da descarbonização. Um relatório do Banco Mundial que recomendou ações de blended finance (financiamento misto, em tradução livre) e parcerias para endereçar essa agenda. De 2010 até 2023, o custo da energia eólica caiu 63%, segundo dados da International Renewable Energy Agency (IRENA). Em 2023, a queda do custo das eólicas foi de 7%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/11/2024



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 135/2024
Página 61 de 61
Data: 27/11/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 27/11/2024